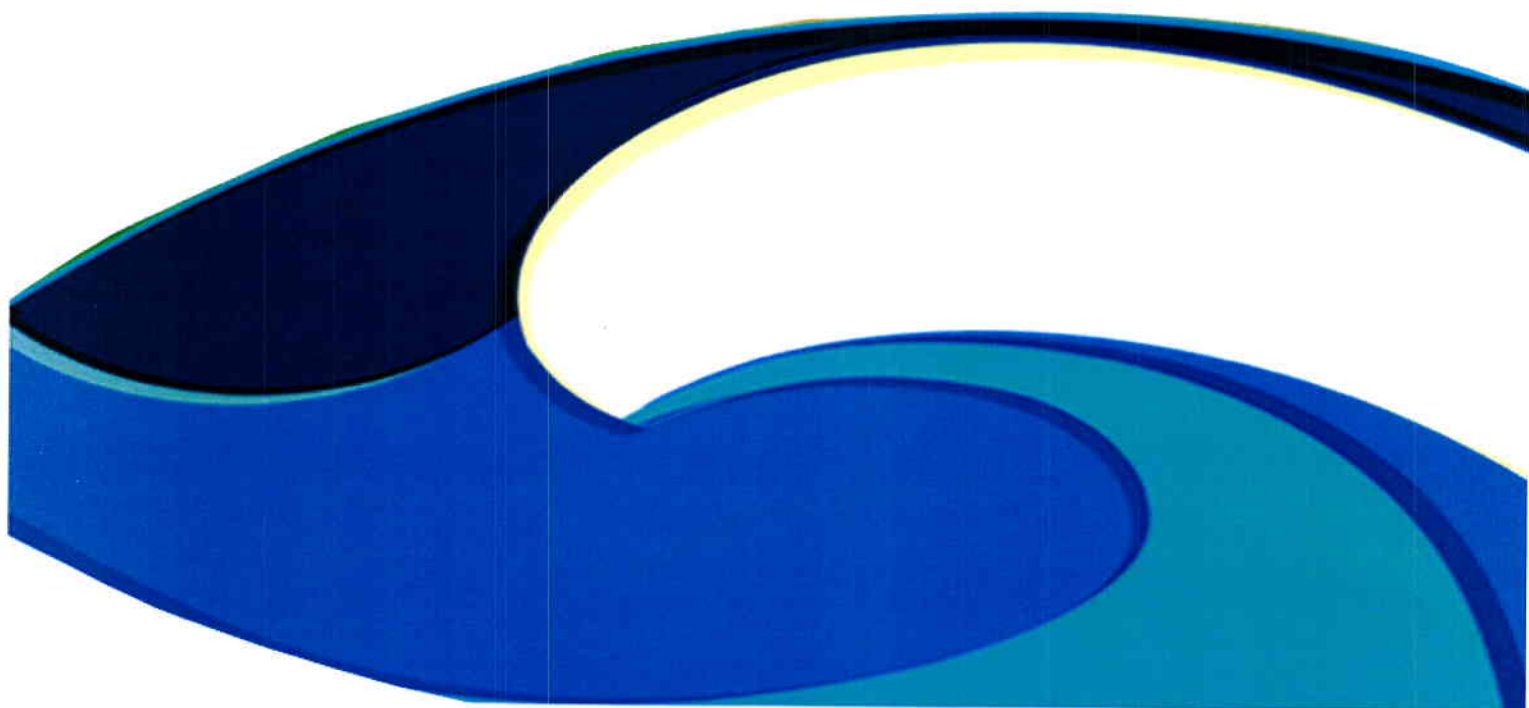


2011

RELATÓRIO E CONTAS

ANNUAL REPORT



ENAPOR, Ilha a Ilha a Crescer com Cabo Verde

RELATÓRIO & CONTAS 2011

**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

Tel: (238) 230 7500
Fax: (238) 232 4337
Serviço Administrativo:
Fax: (238) 232 2170
Email: enapor@cvtelecom.cv
www.enapor.cv

SÃO VICENTE

ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO GRANDE
Tel: (238) 230 7500
Fax: (238) 232 1433
portogrande@enapor.cv

SANTIAGO

ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO DA PRAIA
C. P. 8 / Santiago
Tel: (238) 260 9060
Fax: (238) 263 3899
porto.praia@cvtelecom.cv

SAL

DIRECÇÃO DO PORTO PALMEIRA
Tel: (238) 241 3802 - 241 1348
Fax: (238) 241 1981
porto.palmeira@cvtelecom.cv

SANTO ANTÃO

DELEGAÇÃO DO PORTO NOVO
Tel: (238) 222 2067 - 222 1254
Fax: (238) 222 1465
porto.novo@cvtelecom.cv

FOGO

DELEGAÇÃO DO PORTO
VALE DOS CAVALEIROS
Tel: (238) 281 2113
Fax: (238) 281 1264
enaporfogo@cvtelecom.cv

BOAVISTA

DELEGAÇÃO DO PORTO
DE SAL-REI
Tel: (238) 251 1187
Fax: (238) 251 1374
porto.sairei@cvtelecom.cv

MAIO

DELEGAÇÃO DO PORTO INGLÊS
Tel: (238) 255 1480 - 255 1350
Fax: (238) 255 1350
enapormaio@cvtelecom.cv

SÃO NICOLAU

DELEGAÇÃO DO PORTO
TARRAFAL
Tel: (238) 236 1050 - 236 1677
Fax: (238) 236 1326
porto.tarratal@cvtelecom.cv

BRAVA

DELEGAÇÃO DO PORTO
DE FURNA
Tel: (238) 285 2140 - 285 1246
Fax: (238) 285 1209
enaporbrava@cvtelecom.cv

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
0. INDICADORES	5
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2. ACTIVIDADE PORTUÁRIA	7
2.1. TRÁFEGO PORTUÁRIO	7
2.1.1. MOVIMENTO DE NAVIOS	7
2.1.2. MOVIMENTO DE MERCADORIAS	7
2.1.3. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	10
3. GOVERNO DA SOCIEDADE	11
3.1. MISSÃO E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	11
3.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	11
3.3. MODELO DE GOVERNO E MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	12
3.4. ENTIDADE ENCARGUE DA AUDITORIA EXTERNA	13
3.5. ORGANIZAÇÃO INTERNA E ESTRUTURA ORGÂNICA DA EMPRESA	13
3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO	14
4. RECURSOS HUMANOS	15
4.1. FORMAÇÃO	15
4.2. AVALIAÇÃO DESEMPENHO	19
4.3. PROGRESSÕES E DIUTURNIDADES	20
4.4. ALTERAÇÃO DE VÍNCULOS LABORAIS	20
5. MARKETING, RELAÇÕES PÚBLICAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	22
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	24
7. SEGURANÇA PORTUÁRIA	25
8. INVESTIMENTOS	26
8.1. EXECUTADOS	26
8.2. PROJECTOS PORTUÁRIOS	26
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	29
9.1. ANÁLISE DE RESULTADOS	29
9.2. MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS	31
9.3. VALOR ACRESCENTADO BRUTO	32
9.4. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	33
9.5. INDICADORES ECONÓMICOS FINANCEIROS	34
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	36
II. BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E FINANCEIRAS	37
1. BALANÇO	37
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	38
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	39
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	40
5. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO	41
III. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	43
IV. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	81
V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	84



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

0. INDICADORES

		Unid. Contos			
SECTORES	Unid.	2011	2010	2009	2008
TRAFEGO PORTUÁRIO					
Escalas de Navios	Nº	7.360	5.711	5.648	5.732
Movimento Contentores -TEU	TEU	57.254	55.907	58.616	57.263
Movimento Contentores -ton	TON	482.102	471.086	543.883	550.663
Total de Carga Movimentada	TON	2.048.787	1.841.886	1.870.017	2.859.257
PESSOAL					
Trabalhadores do Quadro	Nº	428	435	434	446
Corpo de Estiva	Nº	561	581	581	550
FINANÇAS					
Volume de Negócios (prestações Serviços + Suplementares)	CONTOS	2.248.025	2.185.453	2.098.542	2.358.233
Resultados Operacionais	CONTOS	174.210	210.886	185.792	465.164
Resultados Líquidos	CONTOS	344	115.127	101.446	310.130
Autonomia Financeira	-	0,34	0,35	0,43	0,63
Rentabilidade Operacionais da Vendas	%	7%	9%	9%	20%
Rentabilidade Capitais Próprios	%	0%	4%	4%	11%
Total do Capital Próprio	CONTOS	2.778.930	2.836.150	2.771.746	2.832.344
Capital Realizado	CONTOS	1.200.000	1.200.000	1.200.000	750.000
Total do Activo	CONTOS	8.139.865	8.105.891	6.379.784	4.509.819
Fundo Maneio	CONTOS	635.577	-264.900	512.648	127.693
Necessidades em Fundo de Maneio	CONTOS	441.633	-391.041	86.293	166.100
EBITDA	CONTOS	630.011	531.983	481.181	765.933



1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A economia caboverdeana tem resistido aos efeitos da crise económico-financeira que abalou o mundo desde 2007, com maior impacto na Europa e nos Estados Unidos, com reflexos no abrandamento do investimento directo estrangeiro no sector do turismo imobiliário.

Os sinais da retoma da actividade portuária em 2010, confirmam-se, em 2011, através do aumento do tráfego de navios, com um acréscimo 30,3% no número de escalas e 28,9% no volume dos navios.

A actividade comercial do tráfego de mercadorias nos portos nacionais acompanhou a tendência verificada nos navios, tendo crescido, na globalidade, 11,2%, sendo 24,9% na cabotagem e 3,6% no longo curso.

A actividade de cabotagem a crescer num ritmo muito superior do que a de longo curso é uma nota positiva para a economia cabo-verdiana que dispõe de maior disponibilidade de navios para a distribuição da produção nacional, o que não é alheio ao esforço de infra-estruturação dos portos do país.

Em termos financeiros, o resultado líquido foi insignificante, tendo ficado pelos 334 contos, redução em boa medida explicada pelo expressivo aumento dos custos financeiros e das depreciações, em consequência do esforço de investimento feito.

O programa de investimentos na modernização e expansão dos portos teve a sua continuidade em 2011, com a finalização dos edifícios do terminal de cargas do Porto da Praia, início das obras no Porto de Sal Rei, Vale dos Cavaleiros e Furna.

Dos projectos em carteira, o terminal do turismo de cruzeiro e a construção de dois rebocadores já foram contemplados com o financiamento parcial até 35% do valor global do investimento pelo Governo Holandês, e os planos directores dos portos de Maio e São Nicolau já foram ultimados.

Como corolário de um processo longo de negociações, no final do ano, celebrou-se um contrato com a INDRA para a implementação do Projecto de Janela Única Portuária, durante o ano de 2012, o que cria boas perspectivas no domínio da desmaterialização do desembaraço de navios e mercadorias.

A afirmação do sector portuário no mercado internacional e nacional reflecte os resultados da estratégia de transformação de Cabo Verde e os ganhos verificados na economia nacional, resultante do esforço colectivo da Enapor e a determinação dos órgãos sociais, na materialização dos eixos estratégicos definidos pela Administração.

2. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

2.1. Tráfego Portuário

Num contexto macroeconómico em que o Produto Interno Bruto cresceu 5% e a inflação atingiu 4,5%, o tráfego de mercadorias apresentou, em 2011, um crescimento de 11,2%.

2.1.1.Movimento de Navios

No movimento de navios, registaram-se 7.360 escalas, das quais, 6.407 de navios nacionais (+36,1%) e 953 de navios estrangeiros (-4,9%). Em termos de volume (TAB), houve um aumento de 119,8 % nos navios nacionais e um acréscimo de 3,9% nos estrangeiros.

MOVIMENTO TOTAL DE NAVIOS ATRACADOS

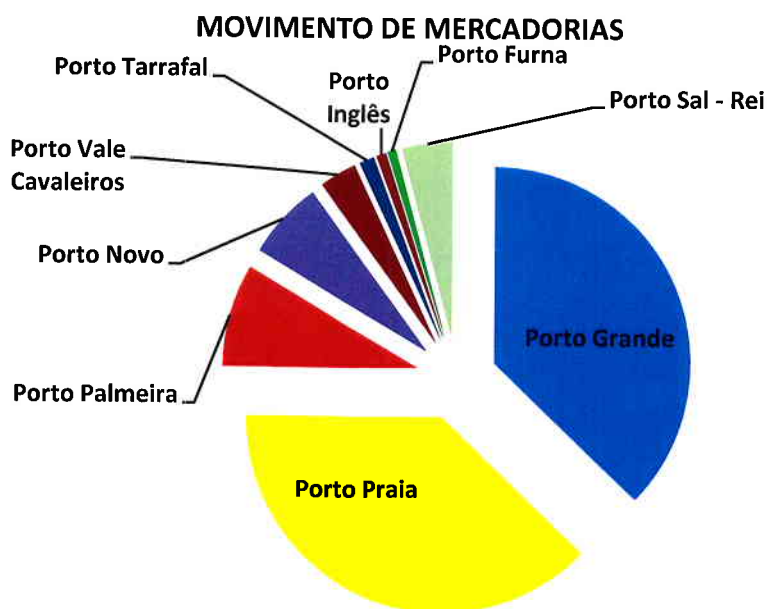
Navios	2011	2010	2009	Variação 2011/2010		Variação 2011/2009	
	Numero			Numero	%	Numero	%
Nacionais							
Numero	6.407	4.709	4.683	1.698	36,1%	1.724	36,8%
TAB	8.264.098	3.760.054	4.161.929	4.504.044	119,8%	4.102.169	98,6%
Estrangeiros							
Numero	953	1.002	965	-49	-4,9%	-12	-1,2%
TAB	4.530.959	4.361.754	4.875.952	169.205	3,9%	-344.993	-7,1%
Total Geral							
Numero	7.360	5.711	5.648	1.649,00	28,9%	1.712,00	30,3%
TAB	12.795.057	8.121.808	9.037.881	4.673.249,00	57,5%	3.757.176,00	41,6%

2.1.2.Movimento de Mercadorias

Em 2011, verificou-se uma recuperação do movimento global de mercadorias, atingindo-se um total de 2.049 mil toneladas, o que representa um crescimento de 11,2% em relação a 2010.

MOVIMENTO TOTAL DE MERCADORIAS

Mercadorias	2011	2010	2009	Variação 2011/2010		Variação 2011/2009	
				Tons.	%	Tons.	%
<i>Longo Curso</i>	1.219.487	1.177.977	1.201.882	41.510	3,5%	1.160.372	2795,4%
Carga Geral	163.434	157.744	136.417	5.690	3,6%	27.017	19,8%
Contentorizada	395.985	392.154	412.932	3.831	1,0%	-16.947	-4,1%
Sacaria	151.288	169.139	186.413	-17.851	-10,6%	-35.125	-18,8%
Granel	200.772	183.911	160.722	16.861	9,2%	40.050	24,9%
Combustível	290.676	256.998	228.104	33.678	13,1%	62.572	27,4%
Carga em trânsito	17.332	18.031	77.294	-699	-3,9%	-59.962	-77,6%
<i>Cabotagem</i>	829.300	663.909	668.117	165.391	24,9%	502.726	304,0%
Carga	262.368	189.205	207.054	73.163	38,7%	55.314	26,7%
Descarga	270.362	195.000	211.695	75.362	38,6%	58.667	27,7%
Granel Líquido	296.570	279.704	249.368	16.866	6,0%	47.202	18,9%
Total Geral	2.048.787	1.841.886	1.869.999	206.901	11,2%	178.788	9,6%



Cargas Longo Curso

A carga de longo curso atingiu 1.219.487 toneladas, apresentando um acréscimo de 3,5 % com referência a 2010.

MOVIMENTO TOTAL DE MERCADORIAS DE L. CURSO POR PORTOS

PORTOS	2011	2010	2009	Variação 2011/2010		Variação 2011/2009	
				tons.	%	tons.	%
Porto Grande	476.939	422.977	523.150	53.962	12,8%	-46.211	-8,8%
Porto Praia	556.694	516.755	474.014	39.939	7,7%	82.680	17,4%
Porto Palmeira	90.532	148.843	115.479	-58.311	-39,2%	-24.947	-21,6%
Porto Novo	24.673	18.497	17.451	6.176	33,4%	7.222	41,4%
Porto Vale Cavaleiros	23.425	16.567	14.220	6.858	41,4%	9.205	64,7%
Porto Tarrafal	6.737	9.419	6.609	-2.682	-28,5%	128	1,9%
Porto Inglês	60	1.272	363	-1.212		-303	-83,5%
Porto Furna	401	346	596	55	15,9%	-195	-32,7%
Porto Sal - Rei	40.026	43.301	50.000	-3.275	-7,6%	-9.974	-19,9%
Total Geral	1.219.487	1.177.977	1.201.882	41.510	3,5%	17.605	1,5%

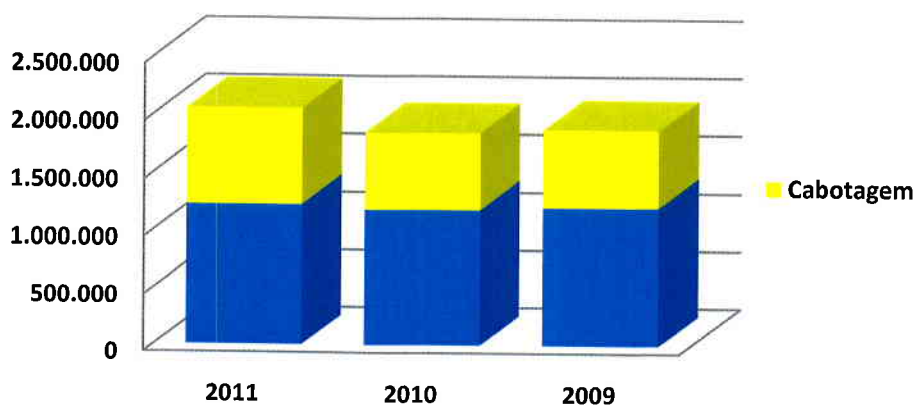
Carga Cabotagem

Na carga de cabotagem, verificou-se um aumento de 24,9%, mais 165 mil toneladas do que em 2010.

MOVIMENTO TOTAL DE MERCADORIAS DE CABOTAGEM POR PORTOS

PORTOS	2011	2010	2009	Variação 2011/2010		Variação 2011/2009	
				tons.	%	tons.	%
Porto Grande	284.795	220.630	216.475	64.165	29,1%	68.320	31,6%
Porto Praia	219.177	188.625	203.622	30.552	16,2%	15.555	7,6%
Porto Palmeira	82.986	80.574	73.829	2.412	3,0%	9.157	12,4%
Porto Novo	107.127	78.672	82.633	28.455	36,2%	24.494	29,6%
Porto Vale Cavaleiros	40.193	28.604	24.440	11.589	40,5%	15.753	64,5%
Porto Tarrafal	18.853	17.947	17.589	906	5,0%	1.264	7,2%
Porto Inglês	16.464	12.521	11.556	3.943	31,5%	4.908	42,5%
Porto Furna	13.977	7.177	6.640	6.800	94,7%	7.337	110,5%
Porto Sal - Rei	45.728	29.159	31.333	16.569	56,8%	14.395	45,9%
Total Geral	829.300	663.909	668.117	165.391	24,9%	161.183	24,1%

MOVIMENTO DE MERCADORIAS



Movimentos Contentores

Neste segmento de carga, o tráfego atingiu as 482 mil toneladas, com um acréscimo de 2,3% em relação a 2010.

MOVIMENTO DE CONTENTORES

Contentores	2011		2010		2009		Variação 2011/2010			
	TEUS	TON.	TEUS	TON.	TEUS	TON.	TEUS	%	TON	%
CARREGADOS	26.050	82.824	26.677	91.390	26.522	94.112	-627	-2,4%	-8.566	-9,4%
Porto Grande	9.502	34.697	7.809	38.158	7.766	36.660	1.693	21,7%	-3.461	-9,1%
Porto da Praia	13.205	38.615	15.139	43.926	14.411	47.854	-1.934	-12,8%	-5.311	-12,1%
Porto da Palmeira	1.733	4.688	2.355	5.696	2.654	6.037	-622	-26,4%	-1.008	-17,7%
Porto de Sal-Rei	1.140	3.702	935	2.612	808	2.014	205	21,9%	1.090	41,7%
Delegações Portuárias	470	1.122	439	998	883	1.547	31	7,1%	124	12,4%
DESCARREGADO	29.604	389.311	27.778	374.830	26.433	361.209	1.826	6,6%	14.481	3,9%
Porto Grande	10.319	119.536	8.908	107.948	8.378	112.430	1.411	15,8%	11.588	10,7%
Porto da Praia	15.385	226.346	15.104	226.590	13.909	203.948	281	1,9%	-244	-0,1%
Porto da Palmeira	2.041	21.696	2.284	23.444	2.458	25.488	-243	-10,6%	-1.748	-7,5%
Porto de Sal-Rei	1.304	15.511	980	10.928	807	9.060	324	33,1%	4.583	41,9%
Delegações Portuárias	555	6.222	502	5.920	881	10.283	53	10,6%	302	5,1%
TRANSBORDO	95	669	234	710	4.493	85.051	-139	-59,4%	-41	-5,8%
Porto Grande	0	0	153	0	3.742	65.078	-153		0	
Porto da Praia	44	669	52	646	724	19.790	-8	-15,4%	23	3,6%
Porto da Palmeira	0	0	0	0	0	0	0		0	
Porto de Sal-Rei	51	0	28	62	0	0	23	82,1%	-62	-100,0%
Delegações Portuárias	0	0	1	2	27	183	-1		-2	
BALDEAÇÃO	1.505	9.298	1.218	4.156	1.168	3.511	287	23,6%	5.142	123,7%
Porto Grande	521	0	602	0	585	0	-81	-13,5%	0	
Porto da Praia	984	9.298	616	4.156	583	3.511	368	59,7%	5.142	123,7%
TOTAL	57.254	482.102	55.907	471.086	58.616	543.883	1.347	2,4%	11.016	2,3%

2.1.3. Movimento de Passageiros

Em 2011, passaram pelos portos de Cabo Verde 864.218 passageiros, com um crescimento de 28,4% em relação a 2010.



MOVIMENTO TOTAL DE PASSAGEIROS

Tráfego	2011	2010	2009	Variação 2011/2010		Variação 2011/2009	
				Numero	%	Numero	%
Desembarcados	412.484	324.847	329.229	87.637	27,0%	83.255	25,3%
Embarcados	409.193	322.531	325.543	86.662	26,9%	83.650	25,7%
Trânsito	42.541	25.862	34.586	16.679	64,5%	7.955	23,0%
TOTAL	864.218	673.240	689.358	190.978	28,4%	174.860	25,4%

3. GOVERNO DA SOCIEDADE

3.1. Missão e Objectivos Estratégicos

Criar um contexto de negócio portuário saudável, competitivo, diversificado e crescente num quadro de parcerias e cooperação, com compromisso assumido por todos os trabalhadores da empresa. Construir infra-estruturas adequadas, apetrechar-se com as super-estruturas necessárias e adoptar as novas tecnologias para servir, num nível de excelência, todos os clientes portuários. Atender ao ambiente envolvente e ao bem-estar das populações. Preparar, hoje, o desenvolvimento futuro do negócio portuário em Cabo Verde.

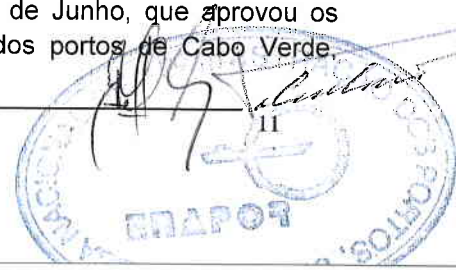
Numa óptica nacional, a empresa aposta sempre na expansão e melhoria de qualidade dos seus serviços para dar vazão ao aumento natural da quantidade do tráfego e diversificar os serviços portuários com vista a melhor servir os utentes e aumentar o seu volume de negócios.

Numa óptica internacional, a empresa preparará e especializará gradualmente um porto para a internacionalização do sistema portuário cabo-verdiano nos sectores de transbordo de contentores, turismo de cruzeiro e transbordo de pescado.

3.2. Regulamentos Internos e Externos

Em termos de **enquadramento legal e económico da empresa**, a ENAPOR, S.A., está sujeita a diplomas legais que regem a sua actividade, nomeadamente:

- **Estatuto jurídico da empresa:** a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus Estatutos. A sociedade tem por objecto a administração dos portos de Cabo Verde.



visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento abrangendo o exercício das competências e prerrogativas.

A ENAPOR está sujeita à legislação aplicável às sociedades comerciais em geral e, pela sua natureza de empresa de capitais públicos, está igualmente sujeita ao regime jurídico aplicável ao Sector Empresarial do Estado aprovado pela Lei nº 104/V/99 de 12 de Julho, da Lei nº 47/VII/2009 de 7 de Dezembro e da Resolução nº 26/2010, de 31 de Maio.

- **Regime económico de exploração:** a exploração comercial da movimentação de cargas nos cais e terminais Cabo Verde, faz-se sob o regime de concessão de serviço público, ao abrigo dos diplomas legais que regem a actividade de movimentação de cargas nos portos: o Decreto-Regulamentar nº 15/2010 de 20 Dezembro que aprova o regulamento dos Portos de Cabo Verde, o Decreto-Legislativo nº 10/2010 de 1 de Novembro que aprova o regime jurídico dos Portos de Cabo Verde e o Decreto-Legislativo nº 14/2010, de 15 de Novembro que aprovou o Código Marítimo de Cabo Verde, bem como o caderno de tarifas em vigor na ENAPOR publicado no Boletim Oficial Nº37 de 24 Setembro de 2004, III Serie.

Regulamentos Internos

Os **regulamentos internos** mais directamente relacionados com a actividade da Empresa e que esta tem por obrigação fazer cumprir são os seguintes:

- Regulamento de Serviços Prestados a Mercadorias;
- Regulamento de Serviços Prestados a Navios;
- Tarifário específico para os Navios Ro-Ro que operam na Cabotagem nos portos de Cabo Verde;
- Regulamento de Compras de Bens e Serviços;
- Regulamento Gestão de Património.

3.3. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

A gestão da ENAPOR, S.A. é da responsabilidade máxima dos seus órgãos sociais e cuja composição é a seguinte.

- **Mesa da Assembleia Geral**
Presidente – Eng. Leonildo Cerilo Monteiro
- **Conselho de Administração**
Presidente – Eng. Franklim do Rosário Spencer
Administrador – Dr. Adriano Antonio Soares
Administrador – Dr. Valdemiro Paulo Costa Tolentino
- **Conselho Fiscal**
Presidente – Drª Alcinda Duarte;
Vogal – Dr. José Emanuel Moreira;
Vogal – Dr. Cesário João Gomes Lopes;



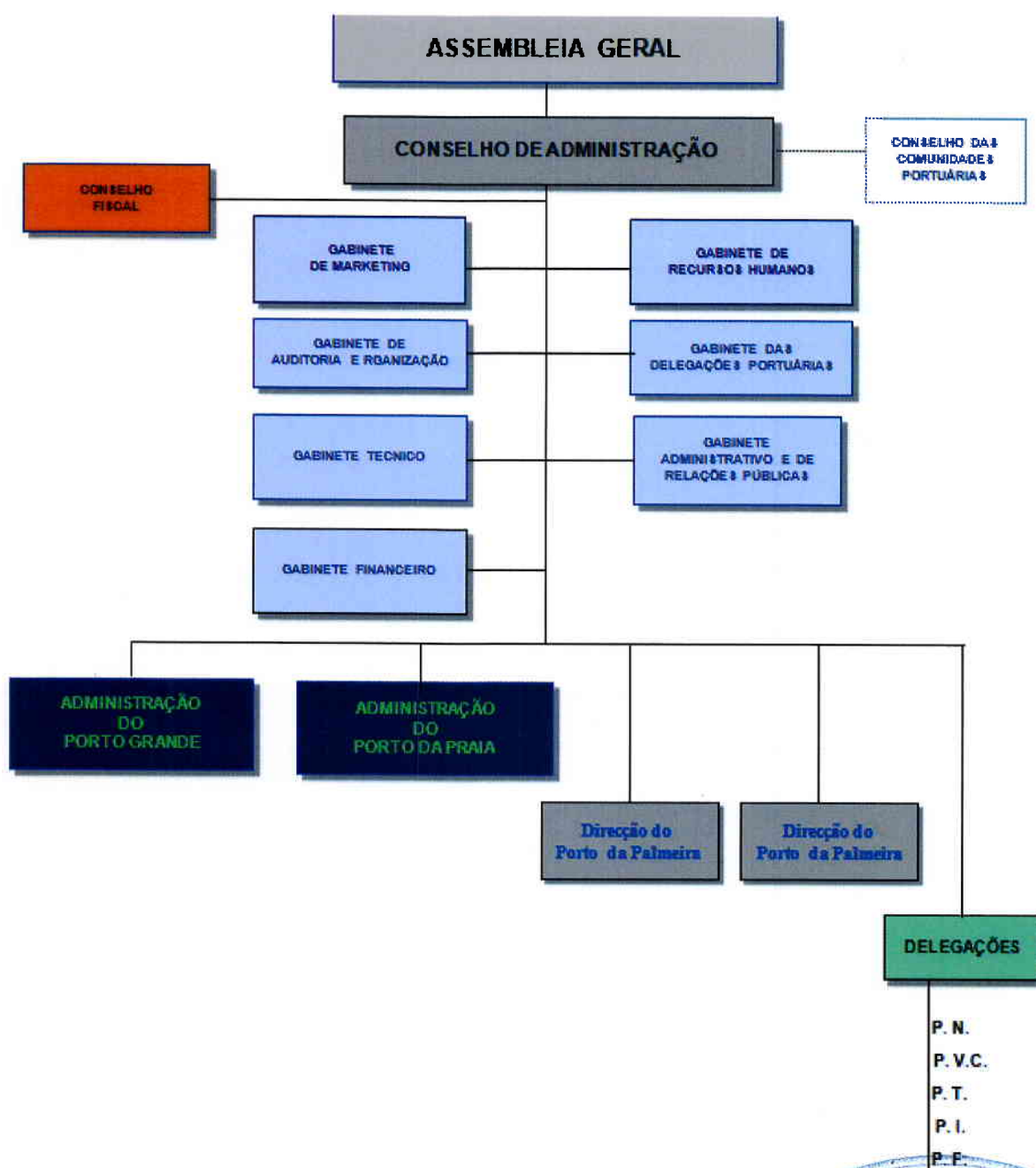
3.4. Entidade Encarregue da Auditoria Externa

- **Revisor Oficial de Contas**

Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada pelo Dr. Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes

3.5. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa

A estrutura orgânica da empresa é a que se apresenta no seguinte organograma, sendo que a mesma não sofreu alterações durante o ano de 2011.



3.6. Remuneração dos Membros do Órgão de Gestão

Valores em escudos:

Conselho de Administração

	Valores Mensais	
	Presidente Conselho Administração	Administrador
1. Remuneração		
Base	274.307,00	252.201,00
2. Outras Regalias e Compensações		
Subsídio de telefone fixo	2.500,00	2.500,00
Subsídio telemóvel	-	10.000,00
Subsídio Renda de casa	30.000,00	20.000,00
Subsídio Combustível	10.710,00	10.500,00
Subsídio de utilização de viatura própria	-	10.000,00
3. Parque Automóvel		
Marca	Volkswagen Passat	-
Matricula	ST - 02 - J A	-
Valor Aquisição	3.389.968,00	-
Ano Aquisição	2005	-



4. RECURSOS HUMANOS

4.1. Formação

Constituindo a formação uma das suas principais áreas de intervenção, pode afirmar-se que o ano de 2011 foi marcado pelo empenhamento do Gabinete de Recursos Humanos, em articulação principalmente com as estruturas desconcentradas de Recursos Humanos dos portos principais, no assegurar da concretização das acções previstas no Plano de Formação para 2011, como também na promoção da participação dos colaboradores da empresa em acções formativas extra-plano ministrada por entidades formativas externas.

Assim, e conforme ilustra o quadro resumo seguinte, durante o ano de 2011 o total de acções foi de 53, sendo que a empresa organizou 15 acções internas e fez-se representar em 38 acções de formação, das quais 28 foram acções formativas frequentadas no contexto nacional e 10 corresponderam a acções formativas internacionais.

FORMAÇÃO EM 2011 INDICADORES	INTERNAS	EXTERNAS NACIONAIS	EXTERNAS INTERNACIONAIS	TOTAL
Acções	15	28	10	53
Participações	217	85	15	317
Horas de formação	446	869	858	2.173
Volume de Formação	6.573	2.998	1.367	10.938

O total de participações nas formações internas e externas correspondeu a 317, sendo de destacar que 217 participações, ou seja, cerca de 68% do total, foram respeitantes a acções levadas a cabo na empresa.

As acções de formação realizadas corresponderam a um total de 2.173 horas e a um volume de formação de 10.938 horas.

Formações Internas

Nº	ACÇÕES INTERNAS	Nº PARTICIPAÇÕES
1	Gestão Documental – DPN	1
2	Gestão Documental – DPT	1
3	Gestão Documental – Maio	1
4	Gestão Documental – Fogo	1
5	Gestão Documental – Furna	1
6	Primavera – Furna	1
7	Seminário "Parceria Público-Privada: O caso das Concessões Portuárias"	14
8	Curso para Capatazes - Formação Comportamental – Mindelo	25
9	Curso para Capatazes - Formação Comportamental – Praia	24
10	Curso para Capatazes - Formação em Operações Portuárias – Mindelo	27
11	Curso para Capatazes - Formação em Operações Portuárias – Praia	22
12	Curso Para Capatazes – Formação em Primeiros Socorros - Mindelo	29
13	Curso Para Capatazes – Formação em Primeiros Socorros – Praia	21
14	Curso para Capatazes – Formação em Higiene e Segurança – Mindelo	24
15	Curso para Capatazes- Formação em Higiene e Segurança – Praia	25
TOTAL		217

Das formações intra levadas a cabo, merecem menção especial as acções formativas realizadas para os capatazes e ainda o Seminário sobre parcerias público privadas: o caso das concessões portuárias, organizado em parceria com a AGPAOC e destinado aos países membros lusófonos desta associação e que contou com a participação de diversos quadros técnicos desses mesmos países.

Formações Externas Nacionais

Nº	ACÇÕES EXTERNAS NACIONAIS	Nº PARTICIPAÇÕES
1	Seminário Nacional sobre os Programas PSI e ORIO	4
2	Seminário "Fiscalidade Cabo-Verdiana"	3
3	Avaliação Integrada de Projectos de Investimentos	3
4	Plano de Formação - Concepção, Organização e Execução	1
5	IX ENASEC – SECRETARIADO - Ética e Responsabilidade	5
6	Seminário sobre Restrições e Servidões de Utilidade Pública	1
7	Impacto Fiscal das Normas Internacionais de Contabilidade	5
8	Análise Financeira	1
9	Formação em ISPS – Code	7
10	Programação em Visual C# 2008	1
11	Aplicações Multimédia com a Macromédia Flash	1
12	Introdução ao Linux	1
13	Auditoria Financeira	2
14	Fiscalidade Cabo-Verdiana	2
15	MBA Suply Chain "A Visão Estratégica, Económica e Financeira"	1
16	Língua Inglesa	6
17	Primavera Vencimento	6
18	SisQual Ponto	6
19	Windows Server 2008	1
20	Visualização Hyper-V	1
21	Negociação Colectiva	1
22	Inglês - Nível 2	6
23	Alemão – Básico	5
24	Primavera Office Extensions	3
25	Formação de árbitros em Arbitragem e Conciliação Comercial	2
26	Formação especializada em Auditoria Financeira	4
27	ISPS CODE (Oficiais)	2
28	Segurança Pessoal e Responsabilidade Social	4
TOTAL		85

Estas acções corresponderam a 53% do total das acções concretizadas, enquanto que o número de formandos equivaliu a 27% do total.

As acções frequentadas versaram igualmente sobre domínios diferenciados, sendo, todavia, de destacar a formação especializada em Auditoria Financeira e Auditoria Interna Operacional que vem sendo levada a cabo pela Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde.

Formações Internacionais

	ACÇÕES EXTERNAS INTERNACIONAIS	Nº PARTICIPAÇÕES
1	Expo RH - 10ª Edição	2
2	International Partnership Conference - Doing business with Africa	1
3	Programa da Rede Mulheres Portuárias e Marítimas	1
4	Pós-Graduação em Gestão e Estratégia Portuária	3
5	Formação em Avaliação de Investimento e Análise de Risco	2
6	Gestão de um Terminal de Contentores	1
7	Colóquio sobre Gestão Portuária	2
8	Planeamento e Gestão de Infra-estruturas	1
9	Sector Portuário: OFF SHORE e Logística em África Ocidental	1
10	Gestão Estratégica de Portos	1
TOTAL		15

Formação do Pessoal de Quadro

INDICADORES	INTERNAS	EXTERNAS NACIONAIS	EXTERNAS INTERNACIONAIS	TOTAL
Acções	7	28	10	45
Formandos	20	67	13	100
Participações	20	85	15	120
Horas de formação	208,00	869	858	1.936
Volume de Formação	728,00	2.998	1.367	5.094

Durante 2011 a formação promovida para o pessoal do quadro e além-quadro correspondeu a 45 acções e contou com a presença de 120 participantes. Assim, e apesar das acções que se destinaram à valorização desses recursos humanos da empresa terem representado 85% do total, o número global das participações ficou ligeiramente aquém das participações havidas nas acções de formação para o pessoal da estiva, e mais concretamente para os capatazes.

As formações a que os colaboradores do quadro tiveram oportunidade de assistir tiveram diversa natureza, podendo citar-se não só acções de formação de natureza profissionalizante – seminários, conferências, colóquios - como ainda formação pós-graduada.

Formação do Pessoal Estiva

INDICADORES	INTERNAS
Acções	8
Formandos	50
Participações	197
Horas de formação	238,00
Volume de Formação	5.845,00

Durante o ano de 2011 deu-se continuidade às acções formativas internas para a estiva iniciadas em anos anteriores.

O programa formativo para 2011, executado com apoio da Logistel à semelhança dos outros cursos realizados anteriormente para o corpo da estiva, baseou-se na realização de 8 acções formativas para os capatazes, nas áreas Comportamental, de Operações Portuárias, Higiene e Segurança no trabalho portuário e Primeiros Socorros. As acções, que tiveram uma carga horária total de 238 horas, foram asseguradas por 4 formadores e envolveram 197 participações, consistentes em 50 formandos.

Iniciado em 2009, o programa formativo para o corpo da estiva estabeleceu como meta o aperfeiçoamento e a especialização profissional de todas as suas categorias profissionais. Com a conclusão em 2011 das acções para a capatazia, pode afirmar-se com convicção de que conseguiu-se atingir todos os objectivos que tinham sido definidos para a sua concretização.

Com efeito, desde 2009 até finais de 2011, nas instalações da empresa realizaram-se para todas as categorias da estiva um total de 37 acções formativas, abrangendo 772 participações, 1.225 horas de formação e um volume de formação de 25.060 horas. E dado que houve situações em que um trabalhador pôde assistir a mais do que uma acção formativa, o número total de formandos contemplados ascendeu a 553.

4.2. Avaliação Desempenho

Como é instituído na empresa a avaliação de desempenho é uma componente essencial da gestão de recursos humanos pela sua implicação em matéria de gestão das carreiras profissionais, face à indexação dos níveis de desempenho tanto às progressões nas categorias como nos cargos, para além de ser um sistema que se articula com os outros sistemas de gestão de recursos humanos, nomeadamente, o sistema de remunerações e incentivos salariais e a gestão da formação profissional, foi atribuída a importância devida ao processo ordinário de avaliação de desempenho efectuado em 2011.

Na tabela seguinte apresentam-se os resultados consolidados da avaliação do desempenho em 2011.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EM 2011

ESTRUTURAS/AVALIAÇÕES	EXCEPCIONAL	BOM	SUFICIENTE	SOFRÍVEL	TOTAL AVALIAÇÕES
AD. CENTRAL	11	18	0	0	29
AD. P. PRAIA	4	151	7	0	162
AD. P. GRANDE	39	94	9	0	142
DIR. P. PALMEIRA	4	28	0	0	32
DIR. P. BOA VISTA	0	7	0	0	7
DELEGAÇÕES	0	47	1	0	48
TOTAL	58	345	17	0	420
%	13%	80%	4%	0%	97%

Efectuando uma análise dos resultados consolidados obtidos em 2011, constata-se que do universo dos colaboradores avaliados, entre contratados por tempo indeterminado e contratados a prazo, a grande maioria, como tem sido norma, teve um desempenho positivo.

Dos que obtiveram uma avaliação positiva, 80% tiveram uma menção qualitativa de Bom, enquanto que 13% tiveram um desempenho considerado excepcional. Deste modo, somente 4% tiveram um desempenho abaixo das expectativas.

4.3. Progressões e Diuturnidades

No que respeita às evoluções nas carreiras profissionais, foi organizado um dossier das progressões nas categorias profissionais e nos cargos, de 2011, tendo ocorrido 117 alterações de posição remuneratória no âmbito das categorias profissionais, das quais 111 corresponderam a progressões e 6 à atribuição do subsídio de diuturnidade, para além de que ocorreram 10 progressões no quadro do exercício de cargos em comissão ordinária de serviço. Das 111 progressões salariais nas categorias profissionais registadas em 2011, a maior percentagem coube à Administração do Porto Grande com 41% do total, secundado pela Administração do Porto da Praia com 37%. A Direcção do Porto de Sal-Rei foi a única estrutura onde não ocorreu qualquer progressão na função.

PROGRESSÕES NAS CATEGORIAS

	ESTRUTURAS	Nº
Administração Central		11
Administração do Porto da Praia		41
Administração do Porto Grande		46
Direcção do Porto da Palmeira		6
Direcção do Porto de Sal-Rei		0
Delegação Portuária de Vale dos Cavaleiros		1
Delegação Portuária do Porto Novo		1
Delegação Portuária do Tarrafal		2
Delegação Portuária do Porto Inglês		1
Delegação Portuária da Furna		2
Total		111

No que tange a diuturnidades, cuja abonação é feita para os trabalhadores que tendo direito à progressão tenham atingido o topo da carreira profissional, foram contemplados 6 colaboradores, conforme ilustra o quadro abaixo apresentado sendo que um deles beneficiou da 2ª diuturnidade.

ATRIBUIÇÃO DE DIUTURNIDADE

	ESTRUTURAS	Nº
Administração do Porto da Praia		2
Administração do Porto Grande		3
Total		6

4.4. Alteração de Vínculos Laborais

Em 2011, por tipo de vínculo, houve uma alteração substancial na composição do pessoal ao serviço da empresa, traduzido no facto de, por um lado, terem sido convertidos 87 contratos a prazo em contratos por tempo indeterminado e de, por outro lado, terem sido regularizados os

vínculos de três colaboradores, mediante a celebração com os mesmos de contratos individuais de trabalho sem termo.

CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO

	ESTRUTURAS	Nº
Administração Central		4
Administração do Porto da Praia		36
Administração do Porto Grande		16
Direcção do Porto da Palmeira		14
Direcção do Porto de Sal-Rei		4
Delegação Portuária de Vale dos Cavaleiros		5
Delegação Portuária do Porto Novo		3
Delegação Portuária do Tarrafal		3
Delegação Portuária do Porto Inglês		2
Delegação Portuária da Furna		3
Total		90

Com as mudanças efectuadas no tipo de vinculação, verificou-se que no final de 2011 cerca de 96% do pessoal ao serviço da empresa passou a deter um vínculo definitivo, contra os 75% em 2010.

Assim, e com respeito à relação jurídica de emprego, procedeu-se à conversão em 2011, dos primeiros 76 contratos a prazo em contratos por tempo indeterminado, por força da entrada em vigor do Decreto-Legislativo nº5/2010, de 16 de Junho, que introduziu modificações substantivas no Decreto-Legislativo nº5/2007, de 16 de Outubro, que aprovou o actual código laboral, que veio a introduzir uma excepção na Lei Laboral que reside na obrigatoriedade de deverem ser convertidos todos os contratos a prazo com uma antiguidade igual ou superior a 5 anos, transcorridos 30 meses após a entrada em vigor do código laboral.

5. MARKETING, RELAÇÕES PÚBLICAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2011 a empresa desenvolveu um conjunto de iniciativas com o objectivo de captar novos negócios, reforçar o bom relacionamento com os múltiplos *stakeholders* e tentar influenciar a opção pela via marítima, através de um plano de actividades de Marketing promoção da imagem da ENAPOR, S.A., por meio da revista de:

- Acções de Marketing Interno
- Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Nacional
- Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Internacional
- Relações Públicas
- Cooperação Internacional

Acções de Marketing Interno

Sendo um dos factores mais importantes para a imagem da empresa, o público interno necessita de ser motivado e envolvido de modo a que a mensagem que se transmite sobre a empresa resulte de um trabalho sólido e coeso dos seus colaboradores. Assim, durante 2011, foram realizadas actividades direccionadas para o público interno que contaram com a colaboração entre o Gabinete de Marketing e o Gabinete de Recursos Humanos:

- Comemoração do Dia da Mulher
- Festas do 29º Aniversário da empresa
- Festa de Natal dos filhos de trabalhadores
- Palestras – “Colesterol”

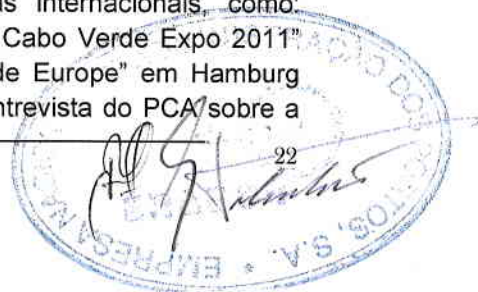
Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Nacional

Uma das prioridades da empresa é o reforço do relacionamento com a comunidade local e o envolvimento das mesmas nas diversas iniciativas que realizam, nesse sentido a empresa envolveu-se nas diversas iniciativas levados a cabo como forma de reforçar a confiança e a solidificação desse relacionamento. Essa proximidade que a empresa vem tendo com a comunidade, contribuiu fortemente para uma boa integração da empresa na sociedade que estamos inseridos, nesse sentido, para atingir esses objectivos foi realizado uma serie de acções para levar a empresa para junto das comunidades, como a continuação do projecto de “Farol das Ilhas” em conjunto com o jornal “A Semana”, divulgando e informando os clientes e o publico em geral todas as actividades desenvolvidas pela empresa bem como, tudo o que possa contribuir para o reforço da imagem da empresa, ainda foi renovado o contrato com o jornal “A Nação” com o objectivo de manter a aposta no reforço da imagem junto dos utentes nacionais. Ainda foram produzidos folhetos e procedeu-se a colocação de Outdoor diversos para produzir informações da empresa. A empresa participou na Feira 15ª Feira Internacional de Cabo Verde

Acções de Marketing no Reforço da Imagem da Empresa a Nível Internacional

Sendo um dos objectivos a internacionalização da empresa, foi desenvolvido varias acções nesse sentido para reforçar a imagem da empresa além-fronteiras e a internacionalização das actividades empresariais, que constituem na actualidade pilares fundamentais das orientações da política económica.

Nesse sentido, a empresa fez-se representar em diversas feiras internacionais, como: “Seatrade África Cruise Forum” em Durban na África do Sul; “Hello Cabo Verde Expo 2011” realizado em Newbetford-Massachussetts, Estados Unidos; “Seatrade Europe” em Hamburg Alemanha; para além de anúncios e entrevistas publicadas como: entrevista do PCA sobre a



AGPAOC na Inforpress; anúncio na "United World"; a empresa participou na criação da "West and Central África Cruise Network (WCACN)", foi ainda efectuado um Site Inspection com o objectivo de verificar as condições do país em receber navios turísticos.

Relações Públicas e Cooperação Internacional

Realizaram-se várias actividades, em 2011, para intensificar as relações públicas e a cooperação, sendo de destacar:

- a cerimónia de assinatura do contrato de construção do Entrepasto de Frio;
- a ENAPOR organizou em Mindelo a reunião dos Comitês Técnicos da AGPAOC (Associação de Gestão dos Portos da África Ocidental e do Centro);
- a empresa participou na 34ª Assembleia Geral da AGPAOC, que se realizou em Acra na Republica do Gana;
- desenvolvimento de actividades comemorativas dos 50 anos da construção das obras acostáveis do Porto Grande;
- a ENAPOR foi anfitrião do "IV Encontro dos Portos da CPLP", sob o lema "Estreitando relações comerciais e de cooperação no espaço da Lusofonia", que se realizou na cidade do Mindelo;
- foi realizado em Mindelo uma Cerimonia de Apresentação dos Projectos da ENAPOR.



6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Neste exercício foi retomado o esforço nos projectos directamente relacionados com a área de negócio.

Foram efectuadas intervenções no programa ERP EXACT GLOBE, projecto GED, PMIS, Primavera e ainda estudos com vista a iniciar o projecto Janela Única Portuária.

SISTEMAS

No que diz respeito ao projecto de Implementação da Janela Única Portuária (JUP), trabalhou-se no processo da sua arquitectura com vista a adapta-la para a implementação na Enapor sendo relevantes as seguintes acções desenvolvidas:

- Levantamento dos requisitos funcionais do utilizador da Enapor em termos conceptuais e a apresentação da JUPII aos responsáveis da Empresa durante a visita de uma delegação da Indra no início do 1º semestre para um primeiro contacto com a Enapor;
- Apresentação de uma proposta técnica financeira para a implementação da JUPII;
- Análise e avaliação da proposta;
- Negociações em torno da proposta
- A assinatura do contrato e a sua execução previsto para 2012.

INFRAESTRUTURAS E COMUNICAÇÃO

Ao nível das infra-estruturas e comunicação, destaca-se a realização das seguintes actividades:

- Instalação da 1ª fase de rede wireless no porto de Palmeira, no porto de Sal-Rei;
- Reinstalação da rede de dados das antigas instalações da Delegação do Porto Novo para a instalação provisória dado a mudança das instalações devido as construções de novas instalações no porto;
- Reconfiguração de todos os routers utilizados para ligações VPN nas Delegações portuárias;
- Implementação no Porto de Sal Rei, do circuito dedicado com uma largura de banda de 192Kbps integrando assim à rede interna de dados e voz da Enapor.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Sobre este ponto foram realizadas actividades associadas a:

- Actualização constante dos servidores e postos de trabalho com antivírus;
- Monitorização do tráfego Internet;
- Pacotes de segurança Microsoft;
- Substituição do Firewall Fortinet 100 A pelo modelo mais recente o Fortigate 100C e ao mesmo tempo renovação de licenças dos serviços de segurança até 2013.



7. SEGURANÇA PORTUÁRIA

A segurança em 2011 ficou assinalada essencialmente, pela conclusão dos grandes projectos que vinham sendo implementados, com a recepção e entrada em funcionamento dos Scanners de Contentores nos Portos Grande, da Praia e da Palmeira, bem como a recepção do Navio Patrulha.

Projecto de Scanners

A nível do projecto de scanners, o ano ficou assinalado pelo término do contrato de prestação de serviço com a SGS, consultores que vinha ministrando acções de formação aos técnicos da empresa, para habilitá-los na sua utilização.

Protecção e Segurança Portuárias – Código ISPS

A nível de Segurança e Protecção portuárias foi desenvolvida acções no sentido de regularizações de anomalias identificadas no quadro do Código ISPS, ainda, com o objectivo de actualizar os procedimentos e sensibilização dos actores e agentes de segurança e protecção, realizou-se em colaboração com a Embaixada e Serviços de Emigração e Fronteiras de Portugal, uma acção de formação aos profissionais da área de segurança que interagem com os serviços da ENAPOR, no Porto da Praia e no Porto.

Houve acompanhamento da protecção e controlo das bacias portuárias do Porto Grande e Porto da Praia e do Porto da Palmeira assegurados pela Guarda Costeira, ao abrigo de um protocolo de cooperação assinado entre a ENAPOR e a Guarda Costeira.



8. INVESTIMENTOS

8.1. Executados

O investimento realizado na ENAPOR em 2011 ultrapassou os 512 mil contos, representando um decréscimo de 81% em relação ao ano anterior que tinha sido um ano de grandes investimentos nos últimos anos.

INVESTIMENTOS	2011	2010	2009	Variação 2011/10
Adquirido	73.003	16.454	51.286	344%
Construído	218.341	158.223	142.394	38%
Em Execução	221.598	2.540.855	1.414.379	-91%
TOTAL	512.942	2.715.532	1.608.059	-81%

8.2. Projectos Portuários

No conjunto dos projectos em execução e desenvolvidos durante o exercício de 2011, foram desenvolvidas actividades nas várias obras e mesmo projecto em carteira, destacando-se os principais:

- No ano de 2011, foram concluídas e recepcionadas as obras da 1ª Fase dos Portos da Palmeira e Praia;
- Em 2011, deram seguimento as obras do Porto de Sal-Rei, Porto Novo e Porto de Vale Cavaleiros;
- Foi iniciado as obras da 2ª Fase do Projecto de Expansão do Porto da Praia;
- Procedeu-se a recepção do Navio Patrulha construído pela Damen Shipyard da Holanda.



Conclui-se as obras dos edifícios da Fase 1 do Porto da Praia e continuou-se com as obras da Fase 2, essencialmente ligados ao manto resistente de protecção do terrapleno e quebramar.

A photograph showing a port area. In the foreground, there is a wide, light-colored concrete pier or breakwater extending from the bottom right towards the center. To the left of the pier is a body of dark blue water. In the background, across the water, there is a town with various buildings, including some with red roofs. A large yellow crane is visible on the right side of the pier. The sky is overcast with grey clouds.



No Porto de Palmeira, foram concluídas as obras de 1ª fase, nomeadamente ligação a rede da Electra e conclusão de alguns dos contenciosos com a Empreiteira e Fiscalização.

A photograph showing a large lattice boom crane mounted on a barge in a harbor. The crane is positioned on a flat, light-colored surface. In the foreground, the white deck of a ship is visible, featuring red bollards and mooring chains. The background includes other harbor structures and a cloudy sky.



As actividades no Porto Grande resumiram-se no término do projecto de execução do Acesso Norte do Porto Grande, lançamento do respectivo concurso para a selecção de empreiteiros, e foi dado seguimento do projecto do terminal de cruzeiros e do complexo de frio a ser construído no referido porto.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

9.1. Análise de Resultados

O desempenho económico-financeiro da ENAPOR é espelhado no Resultado Líquido que ficou pelos **344 contos**.

Da observação do quadro seguinte, apenas a rubrica de Outros Ganhos Operacionais apresenta uma evolução mais positiva do que o projectado.

Unid: Contos

Demonstração de Resultados	2011	2010	VAR. % 11/10	Orçamento	VAR. % 11/Orç
Prestações de serviços	1.975.415	1.923.233	2,7%	1.956.384	1,0%
Rendimentos Suplementares	272.610	262.220	4,0%	253.425	7,6%
Outros ganhos operacionais	119.154	37.932	214,1%	33.267	258,2%
Gastos M.V. Matérias Consumidas	(43.912)	(56.886)	-22,8%	(54.350)	-19,2%
Fornecimentos e serviços externos	(502.986)	(495.380)	1,5%	(428.363)	17,4%
Gastos com o pessoal	(1.025.055)	(986.369)	3,9%	(987.371)	3,8%
Outros gastos operacionais	(167.567)	(203.221)	-17,5%	(25.707)	551,8%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	630.011	531.983	18,4%	748.184	-15,8%
Margem EBITDA	28,0%	24,3%	15,1%	33,9%	-17,2%
Depreciações	(453.449)	(270.644)	67,5%	(295.658)	53,4%
Provisões e Imparidade	(2.353)	(50.454)	-95,3%	(900)	161,4%
Resultado operacional (EBIT)	174.210	210.886	-17,4%	451.626	-61,4%
Margem EBIT	7,7%	9,6%	-19,7%	20,4%	-62,1%
Resultado financeiro	(170.919)	(38.168)	347,8%	(50.420)	239,0%
Resultado antes de impostos	3.291	172.717	-98,1%	401.206	-99,2%
Imposto sobre o rendimento	(2.947)	(57.590)	-94,9%	(104.590)	-97,2%
RESULTADO LÍQUIDO	344	115.127	-99,7%	296.616	-99,9%

O Cash Flow Operacional (EBITDA) cifrou-se em 630 mil contos, aquém dos 748 mil contos orçamentados para 2011. Apesar do acréscimo de 11,2% da actividade operacional das mercadorias movimentadas nos portos de Cabo Verde, o resultado foi influenciado negativamente pelo aumento nos Gastos Operacionais de 9%, principalmente devido as Depreciações que aumentaram 67,5% em relação ao exercício anterior.

Resultados Operacionais

O resultado operacional foi de 174.210 contos, menos 36.676 contos do que em 2010, e inferior ao orçamentado em 277.416 contos.



RESULTADOS OPERACIONAIS	2011	2010	VAR. % 11/10	Orçamento	VAR. % 11/Orç
1. Rendimentos Operacionais	2.367.178	2.223.385	6,5%	2.243.075	5,5%
Prestações de Serviços	1.975.415	1.923.233	2,7%	1.956.384	1,0%
Rendimentos Suplementares	272.610	262.220	4,0%	253.425	7,6%
Outros Rendimento Operacionais	119.154	37.932	214,1%	33.267	258,2%
2. Gastos Operacionais	2.192.969	2.012.500	9,0%	1.791.449	22,4%
G.M.V.M.C. + Fornec. e Serv. Externos	546.898	552.266	-1,0%	482.713	13,3%
Gastos com Pessoal	1.025.055	986.369	3,9%	987.371	3,8%
Depreciação / Amortização	453.449	270.644	67,5%	295.658	53,4%
Provisões / Imparidade	2.353	50.454	-95,3%	900	161,4%
Outros Gastos Operacionais	165.214	152.768	8,1%	24.807	566,0%
5. Resultados Operacionais	174.210	210.886	-17%	451.626	-61,4%

Rendimentos Operacionais

O acréscimo nos Rendimentos Operacionais não foi suficiente para contribuir para uma evolução do Resultado Líquido previsto no orçamento.

Em termos globais, os Rendimentos Operacionais, comparativamente com o exercício de 2010 registaram um acréscimo de 143.793 contos. Da análise ao quadro acima apresentado constata-se que todas as rubricas sofreram acréscimos, nomeadamente os Outros Rendimentos Operacionais e Prestações de Serviços (81.221 e 52.182 contos respectivamente).

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais registaram um acréscimo de 180.469 contos, comparativamente com igual período do exercício anterior. Na origem desta variação estão principalmente os gastos com "Depreciações / Amortizações" com mais 182.805 contos (+67,5%) e ainda um desvio negativo de 53,4% em relação ao previsto.

Unid: Contos

DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO	2011	2010	VAR. % 11/10	Orçamento	VAR. % 11/Orç
Edifícios e Outras Construções	147.721	95.998	53,9%	94.770	55,9%
Equipamento Básico	207.393	121.741	70,4%	147.589	40,5%
Equipamento de Transporte	34.140	10.432	227,3%	10.497	225,2%
Equipamento Administrativo	40.189	35.054	14,6%	35.281	13,9%
Ferramenta e Utensílios	5.666	3.539	60,1%	3.699	53,2%
Outros Activos Fixos Tangíveis	138	142	-2,8%	139	-0,5%
Amort. Programas de Computador	18.201	3.737	387,1%	3.683	394,2%
Total	453.449	270.644	67,5%	295.688	53,4%

Na hierarquia dos gastos operacionais temos: Gastos com o Pessoal (43%), Fornecimentos e Serviços de Terceiros (21%) e Depreciações (19%).

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros decresceram em relação a 2010, devido a aumentos dos gastos com juros de financiamento de investimentos em infra-estruturas e equipamentos e ao reconhecimento de diferenças cambiais resultante do empréstimo em moeda Chinesa (Yuan RMB), referente ao financiamento dos 3 scanners de contentores.

No final do período em análise, o valor em dívida referente aos vários empréstimos com instituições financeiras ascendiam ao montante 4.349.693 contos, a serem liquidados nos próximos 16 anos.

Unid: Contos					
RESULTADOS FINANCEIROS	2011	2010	VAR. % 11/10	Orçamento	VAR. % 11/Orç
RENDIMENTOS FINANCEIROS	4.189	1.583	164,7%	840	398,6%
Juros Obtidos	1.156	986	17,1%	520	122,2%
Juros Financiamento Pessoal	0	0	--	0	--
Outros Juros	1.837	24	7480,3%	320	474,2%
Diferenças de Câmbio Favoráveis	1.196	572	109,0%	0	--
GASTOS FINANCEIROS	175.107	39.751	340,5%	51.260	241,6%
Juros de Financ. Projectos e Obras	71.126	26.457	168,8%	47.553	49,6%
Juros de Financ. Equipamentos	31.501	4.713	568,4%	3.087	920,5%
Outros Juros Financiamento	0	5.830	-100,0%	620	-100,0%
Diferenças Câmbio Desf. Financeiros	72.479	2.752	2534,1%	0	--
RESULTADOS FINANCEIROS	(170.919)	(38.168)	347,8%	(50.420)	239,0%

9.2. Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa óptica operacional, registaram um acréscimo de 18,4% (+98.028 contos) face ao ano de 2010, destacando-se a variação positiva da Depreciação / Amortização.

Unidade: Contos			
CASH FLOW	2011	2010	VAR. % 11 / 10
<i>Resultados Operacionais</i>	174.210	210.886	-17,4%
<i>Depreciação e Amortização</i>	453.449	270.644	67,5%
<i>Provisões / Imparidade</i>	2.353	50.454	-95,3%
	630.011	531.983	18,4%



9.3. Valor Acrescentado Bruto

Valores expressos em contos

VALOR ACRESCENTADO BRUTO	2011	2010	VAR. % 11/10
Volume de negócios	2.248.025	2.185.453	2,9%
Gastos M.V. Mercad. Consumidas	43.912	56.886	-23%
Fornec. e Serv. Externos	502.986	495.380	2%
Gastos com o Pessoal	1.025.055	986.369	4%
Depreciação/Amortização	453.449	270.644	68%
Gastos Financeiros	175.107	39.751	341%
Impostos Indirectos	4.245	3.232	31%
Impostos Directos	2.404	2.623	-8%
Resultado Líquido	344	115.127	-100%
Efectivo Médio	989	1.016	-3%
VAB - Óptica da Produção	1.696.882	1.629.956	4%
VAB - Óptica da Repartição	1.656.359	1.414.514	17%
Produtividade do Trabalho (VAB/ Efectivo Médio)	1.715,75	1.604,29	7%
Produtividade Salarial (VAB / Gasto c/ Pessoal)	1,66	1,65	0%
Produtividade Física (Venda / Gasto c/o Pessoal)	2,19	2,22	-1%
Taxa de Integração (VAB / Volume negócios)	0,75	0,75	1%
Gasto médio do trabalho (Massa Salarial/ Efectivo Médio)	990	912	8%

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi contabilisticamente apurado, segundo as seguintes ópticas: Produção e Repartição.

Óptica da Produção - o VAB resultou da diferença entre o volume de negócios e os consumos intermédios, evidenciando os excedentes de *outputs* da empresa sobre os seus *inputs*, numa perspectiva de crescimento.

Óptica da Repartição, - o VAB resultou da soma dos rendimentos gerados pela empresa, numa perspectiva de desenvolvimento.

Produtividade do trabalho – o valor acrescentado evidenciado por cada trabalhador em 2011 atingiu 1.715,75 contos, representando um decréscimo de 7% face ao ano de 2010.

Produtividade salarial – o VAB em 2010 representou 1,65 do gasto com o pessoal, mas em 2011 cresceu apenas 0,2%, fazendo com que o VAB passasse a ser 1,66 do gasto com o pessoal.

Taxa de integração – o VAB correspondeu em 2011 a 75,5% do volume de negócios da empresa. Em cada cem contos de volume de negócios, a actividade da empresa conseguiu criar 75,5 contos, enquanto em 2010 tinha sido de 74,6 contos.



O gasto médio anual de cada trabalhador - atingiu 990 contos, representando um acréscimo de 8% face ao período homólogo do ano anterior, em consequência do aumento verificado no nível da massa salarial.

Com o crescimento do VAB e em simultâneo o decréscimo do Efectivo Médio de 1.016 para 989, o indicador do VAB *Per Capita* atingiu os 1.7154,75 contos.

9.4. Situação Patrimonial

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2011		2010		Variação 2011/10
	Valores	%	Valores	%	
Activo não Corrente	6.583.099	80,9%	6.684.266	82,5%	-1,5%
Activos Fixos Tangíveis	6.472.543	79,5 %	6.642.298	81,9%	-2,6%
Activos Intangíveis	73.911	0,9%	4.589	0,1%	1510,6%
Outros Activos	36.645	0,5%	37.378	0,5%	-2,0%
Activo Corrente	1.556.766	19,1%	1.421.626	17,5%	9,5%
Clientes	517.027	6,4%	517.740	6,4%	-0,1%
Outras Contas a Receber	646.821	7,9%	592.244	7,3%	9,2%
Caixa e Depósitos Bancários	348.290	4,3%	259.514	3,2%	34,2%
Outros Activos Correntes	44.628	0,5%	52.128	0,6%	-14,4%
Total do Activo	8.139.865	100,0%	8.105.891	100,0%	0,4%
Capital Próprio	2.778.930	34,1%	2.836.150	35,0%	-2,0%
Passivo não Corrente	4.192.683	51,5%	3.291.977	40,6%	27,4%
Passivo Corrente	1.168.251	14,4%	1.977.764	24,4%	-40,9%
Fornecedores	52.005	0,6%	164.140	2,0%	-68,3%
Estado e Outros Entes Públicos	50.209	0,6%	92.521	1,1%	-45,7%
Outras Contas a Pagar	1.066.038	13,1%	1.721.104	21,2%	-38,1%
Total do Capital Próprio e do Passivo	8.139.865	100,0%	8.105.891	100,0%	0,4%

O Activo cresceu apenas 0,4%, mas não apresenta o crescimento exponencial ocorrido no ano transacto.

Os activos Intangíveis cresceram devido ao registo ocorrido com os softwares dos Scanners de Contentores.

O Activo Corrente aumentou 9,5%, devido ao aumento da Disponibilidade em Caixa e Bancos.



O Capital Próprio surge com um decréscimo, provocado principalmente pela redução ocorrida nos Resultados Líquidos do exercício, cobrindo apenas 34,1% do Activo em 2011, menos 2,4% que o ano de 2010.

O Passivo Não Corrente apresenta um crescimento 27,4% devido ao aumento dos compromissos financeiros de médio longo prazo em 959.069 contos.

O Passivo Corrente decresceu 40,9%, face ao ano de 2010, em razão da diminuição nos compromissos com os Fornecedores de Activos de curto prazo.

9.5. Indicadores Económicos Financeiros

O Indicador EBITDA, que corresponde ao conceito de excedente bruto de exploração, registou um acréscimo de 18% face a 2010, resultante do aumento de Depreciações / Amortização (+68%), não obstante a redução em 17% dos Resultados Operacionais.

A autonomia financeira mede o nível de financiamento do investimento total por capitais próprios, dando indicações dos riscos financeiros, e quando for reduzido, traduz os riscos para o financiador. Em 2011, temos 0,34 contra 0,35 de 2010 e 0,43 de 2009, dando sinais de alguma perda de autonomia.

A solvabilidade é um rácio que avalia a capacidade da empresa fazer face aos seus compromissos com terceiros, com isso o ideal seria 1, entretanto a empresa apresenta em 2011, um rácio a situar-se em 0,52.

O Fundo de Maneio obtido em 2011 atingiu o valor de 635.577 contos, que comparativamente com o ano anterior, corresponde a um aumento de 339,9% (+900.477 contos).

As necessidades em fundo de maneio constituem o principal indicador do ciclo de exploração, porque reflectem os impactos dos prazos médios de recebimentos e pagamentos. Este rácio constitui uma das grandes determinantes da política financeira da empresa, tendo aumentado de -391.041 contos em 2010 para 441.633 contos em 2011.

A tesouraria líquida fecha o conjunto dos indicadores do equilíbrio financeiro, tratando-se do principal indicador para identificar se existem dificuldades ou não em cumprir os compromissos financeiros a curto prazo. No fecho do exercício de 2011, este rácio nos indicava que a empresa não tinha dificuldades em cumprir os seus compromissos em 193.943 contos, melhorando em relação ao montante conseguido em 2010, que tinha sido 126.141 contos.

O *prazo médio de recebimento* continua a decrescer ligeiramente, dado a regularização de algumas dívidas de clientes face ao ano anterior.

O *prazo médio de pagamentos* em 2011 é de 46 dias contra 50 dias em 2010.

Continua-se a verificar que o prazo de pagamentos é inferior ao dos recebimentos o que poderá provocar dificuldades da empresa em satisfazer as suas obrigações. Entretanto, o rácio dos recebimentos continua alto demonstrando a ineficiência na cobrança dos créditos

INDICADORES

	2011	2010	2009
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA	3,48	3,78	3,88
GASTOS COM PESSOAL / EBITDA	1,63	1,85	1,86
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA (result.operac./result. ant. imposto)	52,93	1,22	1,20
AUTONOMIA FINANCEIRA (cap.próprio/ activo)	0,34	0,35	0,43
SOLVABILIDADE (cap.próprio/ passivo)	0,52	0,54	0,77
LIQUIDEZ (activo corrente/ passivo corrente)	1,33	0,72	1,32
EQUILIBRIO FINANCEIRO			
FUNDO MANEIO (cap. permanent-activo fixo ã corrente)	635.577	-264.900	512.648
NECESSIDADES EM FUNDO MANEIO (necessid.cíclicas-recursos cíclicos)	441.633	-391.041	86.293
TESOURARIA LÍQUIDA (tesouraria activa-tesouraria passiva)	193.943	126.141	426.355
INDICADORES DE PRAZO MÉDIO			
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	46	50	53
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	84	86	90
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA (EBITDA/volume negocio)	0,28	0,24	0,23
MARGEM EBIT (EBIT/volume negocio)	0,08	0,10	0,09
RENDIBILIDADE OPERACIONAIS DAS VENDAS (result. operac. /rendimentos)	0,07	0,09	0,09
RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS (result. liquid. /rendimentos)	0,00	0,05	0,05
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (result. Liquid. /cap.próprio)	0,000	0,041	0,037
RENDIBILIDADE DE CAPITAIS INVESTIDO (result. Liquid. /activo)	0,000	0,014	0,016

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, ciente da necessidade de ser consolidada a estrutura financeira da empresa, propõe ao Governo que os resultados líquidos apurados no exercício de 2011, no valor de **344 contos**, tenham a seguinte aplicação:

	%	MONTANTE
RESERVA LEGAL	5%	17
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	95%	327

O Conselho de Administração

Franklim do Rosário Spencer

Adriano António Soares

Valdemiro Tolentino



II. BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E FINANCEIRAS

1. BALANÇO

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS ACUMULADOS EM 31 de DEZEMBRO de 2011 e 2010

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Data de Referência		
	31-12-11		31-12-10
	Nota	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	16	247.351	61.870
Edifícios e outras construções	16	3.857.757	1.907.515
Equipamento básico	16	1.765.220	628.645
Equipamento de transporte	16	257.787	26.455
Equipamento administrativo	16	99.645	94.709
Outros activos fixos tangíveis	16	23.184	6.501
Activos tangíveis em curso	16	221.598	3.916.602
Activos Intangíveis			
Programas de computador	17	73.911	4.589
Activos Intangíveis em curso	17	-	-
Outras Contas a Receber	24	25.606	26.339
Activos por Impostos Diferidos	18	11.039	11.039
Total do activo não corrente		6.583.099	6.684.266
Activo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19	33.116	34.874
Clientes	20	517.027	517.740
Adiantamentos a Fornecedores	21	6.750	9.106
Estado e Outros Entes Públicos	22	434.665	388.511
Accionistas/Sócios	23	2.924	2.924
Outras Contas a Receber	24	202.482	191.702
Diferimentos	25	11.512	17.253
Caixa e Depósitos Bancários	2	348.290	259.514
Total do activo corrente		1.556.766	1.421.626
Total do activo		8.139.865	8.105.891
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	26	1.200.000	1.200.000
Reservas Legais	27	57.631	51.874
Outras Reservas	27	1.520.956	1.524.345
Resultados Transitados		-	(55.196)
Resultado Líquido do Período		344	115.127
Total do Capital Próprio		2.778.930	2.836.150
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	28	11.614	10.758
Financiamentos Obtidos	30	4.176.863	3.217.794
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	31	4.206	63.425
Outras Contas a Pagar	24	-	-
Total do Passivo não corrente		4.192.683	3.291.977
Passivo Corrente			
Fornecedores	32	52.005	164.140
Adiantamento de Clientes	33	15.552	1.875
Estado e Outros Entes Públicos	22	50.209	92.521
Accionistas/Sócios	23	362.895	305.331
Financiamentos Obtidos	30	172.829	161.436
Outras Contas a Pagar	24	233.617	934.109
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	31	2.616	2.616
Diferimentos	25	278.528	315.736
Total do passivo corrente		1.168.251	1.977.764
Total do Passivo		5.360.934	5.269.741
Total do Capital Próprio e do Passivo		8.139.865	8.105.891

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

ENAPOR - EMPRESANACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ACUMULADOS EM DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO		
	2011		2010
	Nota	Valores	Valores
Prestações de Serviços	5	1.975.415	1.923.233
Gastos com Matérias Consumidas	7	(43.912)	(56.886)
Resultado Operacional Bruto		1.931.503	1.866.347
Fornecimentos e Serviços Externos	8	(502.986)	(495.380)
Valor Acrescentado Bruto		1.428.517	1.370.967
Gastos com o Pessoal	9	(1.025.055)	(986.369)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	10	(1.496)	(49.579)
Provisões (aumentos/reduções)	11	(756)	(400)
Outros Rendimentos e Ganhos	6	391.663	299.677
Outros Gastos e Perdas	12	(165.214)	(152.768)
Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		627.658	481.529
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	13	(453.449)	(270.644)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		174.210	210.886
Juros e Ganhos Similares Obtidos	14	4.189	1.583
Juros e Perdas Similares Suportados	14	(175.107)	(39.751)
Resultado Antes de Impostos		3.291	172.717
Imposto Sobre o Rendimento do Período	15	(2.947)	(57.590)
Resultado Líquido do Período		344	115.127
Resultado das Atividades Descontinuadas (líquido de imposto) Incluído no Resultado do Período			
		-	-
Resultado Líquido do Período Atribuível a:			
Detentores do Capital da Empresa		344	115.127
Resultado Por Ação Básico		0,00	0,96

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2011 e 31 de DEZEMBRO de 2011

Montantes expressos em Escudos Caboverdianos

RUBRICAS	PERÍODO		
	2011		2010
	Nota	Valores	Valores
Rédito das vendas e das prestações de serviços	5	1.975.415	1.923.233
Gasto com as vendas e com as prestações de serviços		(368.691)	(374.773)
Resultado Bruto		1.606.724	1.548.460
Outros rendimentos		391.763	226.962
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(1.659.063)	(1.519.690)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(165.214)	(152.768)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		174.210	102.964
Perdas e ganhos de financiamentos (líquidos)	14	(170.919)	(38.168)
Resultados antes de impostos		3.291	64.796
Imposto sobre o rendimento do período	15	(2.947)	(52.449)
Resultado líquido do período		344	12.347
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de imposto) Incluído no resultado líquido do período			
Resultado Líquido do Período Atribuível a:		-	-
Detentores do Capital da Empresa		344	12.347
Interesses Minoritários		-	-
Resultado Por Acção Básico		0,00	0,10

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	EXERCÍCIO		
	31-12-11		31-12-10
	Nota	Valores	Valores
Método Directo			
<u>Fluxo de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		2 477.308	2 473.357
Pagamentos a fornecedores		(1.009.633)	(993.887)
Pagamentos ao pessoal	2	(1.082.446)	(1.142.226)
Caixa gerada pelas operações		385.230	337.244
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	2	(53.810)	(52.523)
Outros recebimentos / pagamentos		(202.017)	(247.783)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		129.403	36.939
<u>Fluxo de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	2	(1.230.686)	(1.410.937)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	2	4.153	243
Juros e rendimentos similares		1.153	1.011
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(1.225.380)	(1.409.683)
<u>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	30	1.454.145	1.358.510
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	2	(101.059)	(227.077)
Juros e gastos similares		(168.334)	(49.389)
Dividendos	27	-	-
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		1.184.752	1.082.044
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		88.776	(290.701)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		259.514	550.216
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		348.290	259.514

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



5. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados			
1		1.200.000	46.802	1.478.694	55.196		101.446	2.771.746
POSICÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO DE 2010								
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO								
Resultado líquido do exercício	27	-	-	-	-		115.127	115.127
Aumentos de reservas por aplicação dos resultados		-	5.072	45.651	-		50.723	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	5.072	45.651	-		64.404	115.127
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-		(50.723)	(50.723)
		-	-	-	-		(50.723)	(50.723)
		-	-	-	-		-	-
POSICÕES NO FIM DO EXERCÍCIO DE 2010	1+2+3+4	1.200.000	51.874	1.524.345	55.196		115.127	2.836.150



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	
1		1.200.000	51.874	1.524.345	(55.196)	115.127	2.836.150
POSICÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO DE 2011							
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	344	344
Aumentos de reservas por aplicação dos resultados	27	-	5.756	51.807	-	(57.564)	-
Cobertura de resultados transitados negativos	27	-	-	(55.196)	55.196	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	5.756	(3.389)	55.196	(57.220)	344
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(57.564)	(57.564)
		-	-	-	-	(57.564)	(57.564)
		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
POSICÕES NO FIM DO EXERCÍCIO DE 2011		1.200.000	57.631	1.520.956	-	344	2.778.930
1+2+3+4							

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

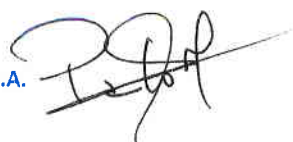


III. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

Sede: Mindelo – S. Vicente na Avenida Marginal – Cais Acostável
Natureza da Actividade: Prestação Serviços de Exploração Portuária

NOTA 1 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS	4
A. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	4
a.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	4
a.2. Moeda funcional e de apresentação	4
a.3. Activos fixos tangíveis	4
a.4. Activos intangíveis	5
a.5. Activos e passivos financeiros	5
a.6. Imparidade de activos	6
a.7. Inventários	7
a.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	7
a.9. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira	8
a.10. Rédito e regime do acréscimo	8
a.11. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos	8
a.12. Responsabilidades Pós Emprego	9
a.13. Imposto Sobre o Rendimento do Período	9
a.14. Classificação de balanço	10
a.15. Subsídios	10
a.16. Eventos Subsequentes	10
a.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas ...	10
NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA	10
NOTA 3 – RENDIMENTOS	12
NOTA 4 – GASTOS	12
NOTA 5 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13
NOTA 6 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13
NOTA 7 – GASTOS COM MATÉRIAS CONSUMIDAS	14
NOTA 8 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	15
NOTA 9 – GASTOS COM O PESSOAL	16
NOTA 10 – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	16
NOTA 11 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO	17
NOTA 12 – OUTROS GASTOS E PERDAS	17
NOTA 13 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	18
NOTA 14 – PERDAS E GANHOS COM JUROS E SIMILARES	18
NOTA 15 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	19
NOTA 16 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	20




ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

NOTA 17 – ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	21
NOTA 18 – ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	21
NOTA 19 – INVENTÁRIOS.....	22
NOTA 20 – CLIENTES.....	23
NOTA 21 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	25
NOTA 22 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	25
NOTA 23 – ACCIONISTAS.....	26
NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR.....	27
NOTA 25 – DIFERIMENTOS.....	28
NOTA 26 – CAPITAL REALIZADO.....	29
NOTA 27 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS.....	29
NOTA 28 – PROVISÕES.....	30
NOTA 30 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	31
NOTA 31 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	34
NOTA 32 – FORNECEDORES.....	36
NOTA 33 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS.....	36
NOTA 34 – GARANTIAS PRESTADAS.....	36
NOTA 35 – DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS.....	37
NOTA 36 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS ...	37
NOTA 37 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
NOTA 38 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	37



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota Introdutória

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (doravante designada por "ENAPOR" ou "Empresa") adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto regulamentar nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus novos estatutos. A ENAPOR é uma empresa pública de capitais exclusivamente detidos pelo Estado sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

A Empresa tem a sua sede localizada na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde, e o seu objecto social, definido estatutariamente, consiste na administração e exploração económica dos portos existentes no país. Complementarmente, a Empresa pode explorar serviços ou efectuar operações comerciais, industriais e financeiras directamente relacionadas com a sua actividade principal. O serviço público reservado à Enapor, conferido pelo Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de Junho, poderá ser objecto de concessão a outras entidades, mediante autorização especial do Governo. O conjunto de bens móveis e imóveis que constituem as infra-estruturas portuárias é considerado uma universalidade pública afecta à Enapor, não podendo esses bens ser penhorados ou arrestados.

A Empresa rege-se pelo Regulamento de Bases Gerais das Empresas Públicas, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelas normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades anónimas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

A actividade da ENAPOR compreende os seguintes negócios:

- Prestação de serviço às mercadorias, começando com a descarga das mesmas, passando por outro serviço que a Empresa presta que é o armazenamento dessas mercadorias quando necessário, podendo ser efectuado em armazém coberto ou descoberto, desconsolidação de contentores quando a carga é entregue nas nossas instalações e chega dentro de contentores. A Empresa disponibiliza os serviços de equipamentos como gruas, empilhadoras, tractores com atrelado, assim como outros equipamentos utilizados na carga e descarga de mercadorias.
- Prestação de serviço de assistência às unidades flutuantes com rebocador que serve tanto para o reboque como para assistir na atracação e desatracação de navios. É prestado também o serviço de amarração e desamarração das unidades que atracam nos portos de Cabo Verde, assim como o serviço de grua flutuante e lança na ajuda na atracação e desatracação de navios.
- A Empresa cobra taxa portuárias que são aplicadas na sequência da chegada e atracação dos navios aos portos, assim como na entrada, estacionamento e acostagem. São cobradas também taxas pela utilização das infra-estruturas portuárias.
- No espaço portuário efectuamos o aluguer de espaços onde podem ou não ser construídas infra-estruturas, incluindo o arrendamento de espaços que estão inseridos nos nossos edifícios administrativos. Neste sentido também prestamos serviço de aluguer de espaço para a passagem de tubos das empresas petrolíferas para movimentação de produtos líquidos, tanto na descarga como na carga.
- Fornecimento de água e electricidade aos clientes portuários, electricidade aos contentores de frio, recolha de resíduos e ainda o serviço de portagem na utilização dos portos.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 1 - Resumo das Principais Políticas Contabilísticas Adoptadas

a. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são como se segue:

a.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da ENAPOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aprovadas, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas NRF, aprovadas e adoptadas em Cabo Verde.

a.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

a.3. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens quando o direito de utilização e exploração dos mesmos transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor da doação, quando os mesmos foram integralmente doados à Empresa; e (iii) ao custo de aquisição que inclui o preço de factura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso durante a sua vida útil estimada.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

As taxas de amortização anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como segue:

	taxas de amortização (%)
Edifícios e outras construções	4 a 5
Equipamento básico	5 a 16,6
Equipamento de carga e transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 25
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do activo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do activo da data de alienação/abate é reconhecido em resultados como outros rendimentos ou outros gastos.

a.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registadas como custo quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projecto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

a.5. Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respectiva relação contratual.

1. Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo. São considerados de elevada liquidez (caixa e seus equivalentes) os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses.

i. Caixa

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do exercício.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica são desmobilizáveis a qualquer momento. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

2. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

3. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

4. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

a.6. Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção, entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

a.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da factura, despesas de transporte, seguro e o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica "Perdas por Imparidade".

a.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

a.9. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

a.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

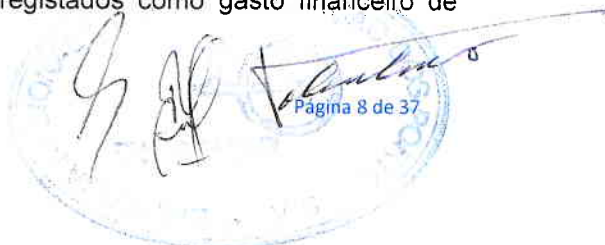
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Diferimentos" (activos ou passivos), "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

a.11. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



Página 8 de 37

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração dos resultados do exercício (Nota 14).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respectivos bens.

a.12. Responsabilidades Pós Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos estivadores e outros trabalhadores, encontram-se registadas na rubrica de “Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego”, derivado de um conjunto de protocolos que foram estabelecidos pela Empresa com terceiras entidades (Nota 31).

a.13. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais aplicáveis no país.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas à data do balanço.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Empresa reconheceu activos por impostos diferidos com os ajustamentos de transição decorrentes da adopção das NRF, por via da aplicação do Decreto-Lei nº 14/2010 de 26 de Abril. De acordo com o artigo 3º do referido Decreto-Lei, os efeitos nos capitais próprios decorrentes da primeira adopção das normas incluídas no SNCRF concorrem em partes iguais, para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes.

Para além do activo por impostos diferidos acima indicado, não existiam em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originem o registo de activos e passivos por impostos diferidos.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

a.14. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

a.15. Subsídios

As participações recebidas a fundo perdido para aquisição de activos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos fixos tangíveis.

a.16. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

a.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os relacionados com a análise de imparidades em contas a receber.

Nota 2 – Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) foi utilizado o método directo, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às Aplicações de Liquidez Imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

No modelo directo, os fluxos são evidenciados pela análise directa das entradas e saídas de caixa e seus equivalentes.

Apesar do volume de vendas de serviços (incluindo outros rendimentos) ter sido de mECV 2.364.021, foi recebido de clientes mECV 2.477.308, isso porque foram recebidos valores de activos em carteira referente a outros exercícios. Ainda tivemos recebimentos provenientes da alienação de activos que nos renderam mECV 4.153, destacando a venda de uma Grua e empilhadeira (mECV 1.827), duas viaturas (mECV 1.500), um edifício pré-fabricado (mECV 700) e equipamentos informáticos.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Foram efectuados pagamentos em 2011 referente a investimentos em activos fixos tangíveis no valor de mECV 1.230.686. Nesse valor está incluído o montante de mECV 97.043 referente ao pagamento da última tranche efectuada à empresa que executou obras para a implementação dos 3 Scanners de contentores, os quais já foram transferidos para activo fixo tangível firme. O referido montante de mECV 1.230.686 inclui também valores pagos ao Consórcio e empresa fiscalizadora, que encontravam-se a trabalhar nas obras da expansão do Porto de Palmeira no montante de mECV 1.070.492, referentes às obras já executadas.

Referentes às actividades financeiras, efectuamos ainda a amortização de empréstimos que vêm sendo liquidados, sendo de referir que em Outubro iniciamos o processo de amortização do empréstimo junto do Banco Comercial do Atlântico referente a construção do Navio Patrulha. O valor em causa foi mECV 382.624, em que acresce ainda juros de financiamento. Ainda em Dezembro deu-se início ao processo de amortização do empréstimo junto do Banco Interatlântico referente aos estudos do projecto de transbordo (porto de águas profundas), no montante de mECV 90.286, em que acresce ainda os juros de financiamento.

Procedeu-se no decorrer do exercício de 2011 ao pagamento do IUR no montante de mECV 53.810, conforme notificação de "fixação da matéria colectável" enviado para esse efeito, na qual já tinha sido liquidado junto da repartição de finanças por conta de um montante de mECV 26.955 em Maio, de acordo com a lei do IUR. Com a referida notificação procedeu-se à liquidação do remanescente do imposto apurado no montante de mECV 26.855 em Outubro de 2011.

Em 2011 pelo processamento dos salários e das remunerações adicionais tanto fixas como variáveis assim como outras regalias, efectuaram-se pagamentos líquidos referentes a esses processamentos no montante mECV 1.082.446, maioritariamente efectuados por transferência bancária.

A variação de caixa e seus equivalentes no exercício de 2011 foi no montante de mECV 88.776. Não existem restrições quanto ao uso dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

	2011	2010
Numerário :		
Caixa	7.091	1.776
Depósitos bancários :		
Depósitos em Banca Comercial	280.497	257.733
Depósitos no Banco Central	30.702	5
Depósitos a Prazo	30.000	-
	341.199	257.738
Caixa e seus equivalentes	348.290	259.514

O montante de mECV 30.702 em 31 de Dezembro de 2011 (mECV 5 em 31 de Dezembro de 2010) na rubrica "Depósitos no Banco Central" corresponde ao montante de financiamento obtido pela Empresa junto de financiadores internacionais, e que se encontra à disposição para utilização em função da realização de despesas de investimento pela Empresa nos projectos em curso elegíveis.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 3 – Rendimentos

O detalhe dos rendimentos da ENAPOR durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

	2011	2010	Variação
Prestações de Serviços	1.975.415	1.923.233	2,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	391.663	299.677	30,7%
Juros e Ganhos Similares	4.189	1.583	164,6%
	<u>2.371.267</u>	<u>2.224.493</u>	<u>6,6%</u>

O montante das prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 teve um aumento não significativo quando comparado com as do mesmo período de 2010, originada essencialmente pelo aumento nos outros rendimentos e também do movimento portuário.

No exercício de 2011, os rendimentos totais ascendem a m ECV 2.371.267, que equivalem a um acréscimo de 6,6% face ao exercício anterior.

Nota 4 – Gastos

Os resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos:

	2011	2010	Variação
Gastos com Matérias Consumidas	43.912	56.886	-22,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	502.986	495.380	1,5%
Gastos com o Pessoal	1.025.055	986.369	3,9%
Imparidade de Dívidas a Receber	1.496	49.579	-97,0%
Provisões	756	400	89,0%
Gastos de Depreciação	453.449	270.644	67,5%
Outros Gastos e Perdas	165.214	152.768	8,1%
Juros e Perdas Similares	175.107	39.751	340,5%
	<u>2.367.975</u>	<u>2.051.777</u>	<u>15,4%</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 5 – Prestação de Serviços

A rubrica de “Prestação de serviços” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Variação
Movimentação de Mercadorias	1.305.791	1.243.497	5,0%
Taxas Portuárias	485.380	419.952	15,6%
Aluguer de Equipamentos Portuários	112.917	114.527	-1,4%
Serviço Prestado ao Navio	74.412	157.388	-52,7%
Descontos e Abatimentos	(3.085)	(12.131)	-74,6%
	1.975.415	1.923.233	2,7%

A actual estrutura dos rendimentos destaca a rubrica “Prestação de serviços”, nomeadamente a movimentação de mercadorias de longo curso, cabotagem, serviços de armazenagem, serviço extraordinário e desconsolidação de contentores. O conjunto destes cinco segmentos de negócio representa cerca de 66% do total da prestação de serviços em 2011. Os remanescentes 34% são compostos pelas taxas portuárias, pelo aluguer de equipamentos, a prestação de serviços às unidades marítimas e os serviços secundários. As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

Nota 6 – Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Variação
Taxa de Administração	80.060	79.399	0,8%
Venda de Energia	73.428	56.424	30,1%
Rendimentos Estiva Bordo	41.838	43.134	-3,0%
Rendas de Imóveis	50.365	60.456	-16,7%
Imputação Subsídios p/a Investimentos	35.149	9.138	284,6%
Portagens - Peões e Viaturas	4.447	5.729	-22,4%
Venda de Água	3.039	2.935	3,5%
Multas	3	172	-98,3%
Licenças	13.764	8.706	58,1%
Impressos	11	7	57,1%
Outros	89.559	33.577	166,7%
	391.663	299.677	30,7%

Nos outros rendimentos temos um aumento de 30,7% em relação ao ano anterior, e esse facto deveu-se principalmente pelo crescimento na imputação subsídios p/a investimentos e na venda de electricidade que indirectamente esta relacionado com o aumento da actividade portuária.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 7 – Gastos com Matérias Consumidas

A rubrica de “Gastos com Matérias Consumidas” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Varição
Combustíveis e Lubrificantes	27.093	24.551	10,4%
Acessórios p/Equipamentos Hidráulicos	6.032	12.670	-52,4%
Pneumáticos e seus Acessórios	4.271	11.724	-63,6%
Materiais e Artigos Escritório	1.752	2.255	-22,3%
Vestuários, Fardas, Utensílios, Domésticos	2.876	2.982	-3,6%
Utensílios de Descarga	1.029	1.981	-48,1%
Material Conservação, Reparação	611	427	43,1%
Tintas e solventes diversos	91	94	-3,2%
Outros não especificados	157	202	-22,3%
	43.912	56.886	-22,8%

A rubrica “Gastos com matérias consumidas” é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2011 e 2010 é como se segue:

		2011	2010
Inventários iniciais	Nota 19	91.567	91.575
Compras		43.174	57.898
Inventário em Trânsito		(72)	(1.020)
Inventários finais	Nota 19	(90.757)	(91.566)
		43.912	56.886



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 8 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Variação
Vigilância e segurança	100.112	90.527	10,6%
Electricidade	109.793	76.550	43,4%
Conservação e Reparação	46.422	65.019	-28,6%
Rendas e Alugueres	12.049	42.380	-71,6%
Consultoria	39.534	35.494	11,4%
Deslocações e Estadias	34.576	34.786	-0,6%
Combustíveis e outros fluídos	29.134	29.588	-1,5%
Publicidade e Propaganda	28.423	21.937	29,6%
Despesas de Representação	3.165	2.593	22,1%
Seguros	22.125	23.269	-4,9%
Comunicação	16.897	18.272	-7,5%
Água	13.788	12.896	6,9%
Serviços Bancários	2.406	7.083	-66,0%
Material de escritório	7.178	7.070	1,5%
Honorários	5.330	5.120	4,1%
Outros	32.054	22.796	40,6%
	502.986	495.380	1,5%

O saldo da rubrica “Consultoria” em 31 de Dezembro de 2011 no montante de mECV 39.534 é constituído essencialmente por gastos com estudos técnicos no âmbito dos projectos em curso e outros estudos para permitir a tomada de decisões.

A rubrica “Outros” no montante de mECV 32.054 inclui os custos com “Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido”, “Limpeza, Higiene e Conforto”, “Revistas e Jornais”, “Transporte de Inventários”, “Transporte de Pessoal” e “Contencioso e Notariado”. A rubrica “Comunicação” que decresceu para mECV 16.897 incluiu gastos com “Telefone Fixo”, “Telefax”, “Internet”, “Telefone Móvel”, “Linha Dedicada” e “Terminal Móvel - ISPS Code”.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 9 – Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Gastos com o Pessoal” tinha a seguinte composição:

	2011	2010	Varição
Remunerações dos Órgãos Sociais	12.271	11.875	3,3%
Remunerações do Pessoal	605.381	585.404	3,4%
Remunerações Adicionais	212.789	207.234	2,7%
Encargos s/Remunerações	115.458	112.123	3,0%
SOAT	3.483	3.335	4,4%
Formação Profissional	15.106	15.712	-3,9%
Acção Médico-Medicamentosa	305	1.527	-80,0%
Festividades da empresa	7.254	5.896	23,0%
Outros Gastos c/Pessoal	53.008	43.263	22,5%
	1.025.055	986.369	3,9%

As remunerações adicionais, em 2011, são compostas por várias rubricas adicionais ao salário, destacando-se a isenção de horário no montante de mECV 44.387, as horas extraordinárias no montante de mECV 32.689, o subsídio de férias e Natal no montante de mECV 88.236, o subsídio de turno no montante de mECV 17.580 e ainda o subsídio de alimentação no montante de mECV 13.011.

O montante da rubrica “Outros Gastos com o Pessoal” é constituído por vários gastos sociais que a empresa suporta com os trabalhadores, destacando-se os “Gastos com Estiva Bordo” no montante de mECV 37.901.

O número médio de trabalhadores nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011	2010
Pessoal Administrativo	432	427
Corpo de Estiva	548	561
	980	988

Nota 10 – Imparidade de Dívidas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de imparidade de dívidas a receber detalha-se como se segue:

	2011	2010	Varição
Perdas	1.496	50.054	-97,0%
Reversões	-	(475)	-100,0%
	1.496	49.579	-97,0%



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nas Imparidades de Dívidas a Receber foi efectuado um reforço no montante de mECV 1.496 por ter sido identificado a necessidade de reforçar a imparidade, na sequência da identificação de mais um outro grupo de facturas que identificou-se um grande risco da sua recuperação na sua totalidade, por isso a Empresa para precaver o risco de cobrabilidade, registou uma perda de imparidade correspondente a 100% desses activos.

Nota 11 – Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Provisões” detalha-se como se segue:

	2011	2010	Variação
Aumento provisões	856	400	114,0%
Reversões	(100)	-	-
	756	400	89,0%

Nota 12 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Variação
Impostos	6.650	5.854	13,6%
Donativos e Quotizações	6.876	5.837	17,8%
Outros Gastos	151.688	141.076	7,5%
	165.214	152.768	8,1%

A rubrica “Impostos” é constituída principalmente pelo Imposto de Selo.

Os “Outros Gastos” no montante de mECV 151.688, inclui como gasto operacional o valor de mECV 126.443 referente à 2ª prestação dos gastos incorridos com o Navio Patrulha (mECV 126.443 em 31 de Dezembro de 2010). Ainda temos os “Donativos” com mECV 4.457, as “Quotizações” com mECV 2.419, “Multas e Outras Penalidades Legais” no montante de mECV 8 e “Correcções Relativas a Períodos Anteriores” com mECV 3.213.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 13 – Depreciação e Amortização

A rubrica de “Depreciação e Amortização” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010	Varição
Edifícios e outras construções	147.721	95.998	53,9%
Equipamento básico	207.393	121.741	70,4%
Equipamento de transporte	34.140	10.432	227,3%
Equipamento administrativo	40.189	35.054	14,6%
Outros Activos fixos tangíveis	5.805	3.681	57,7%
Total Activos Fixos Tangíveis	435.248	266.906	63,1%
Software	18.201	3.737	387,0%
Total dos Activos Intangíveis	18.201	3.737	387,0%
	453.449	270.644	67,5%

Os “Gastos de Depreciação e de Amortização” dos activos durante o exercício de 2011 foram os que constam do quadro acima, tendo em conta a vida útil dos activos.

As depreciações aumentaram 67,5%, significando um acréscimo de mECV 182.805, devido a transferência para activo fixo tangível dos 3 scanners de contentores e da 1ª fase do projecto de expansão do Porto da Palmeira.

Nota 14 – Perdas e Ganhos com Juros e Similares

Nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as perdas e ganhos com juros e similares foram as seguintes:

	2011	2010	Varição
Perdas			
Juros de Financ. Projectos e Obras	71.126	26.457	168,8%
Juros de Financ. Equipamentos	31.501	4.713	568,4%
Outros Juros Financiamento	-	214	-100,0%
Perdas c/Financiamento do Pessoal	-	5.615	-100%
Outras Perdas de Financiamento	72.480	2.752	2534%
	175.107	39.751	340,5%
Resultados Financeiros	(170.918)	(38.168)	347,8%
Ganhos			
Outros Juros Obtidos	4.189	1.583	164,6%
	4.189	1.583	164,6%



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

As perdas são compostas pelos juros suportados com as várias modalidades de financiamento que a Empresa contrata para financiar os projectos de obras (71.126 mECV) e equipamentos (mECV 31.501).

As "Outras Perdas de Financiamento" no montante de 72.480 mECV, trata-se essencialmente de custos com diferenças cambiais referente ao financiamento em Rambini (Yan) do projecto dos 3 scanners de contentores.

Nota 15 – Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

A rubrica de "Imposto sobre o Rendimento do Período" apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

		2011	2010	Variação
Imposto Corrente		2.947	53.910	-94,5%
Imposto Diferido	Nota 18	-	3.680	-100,0%
		2.947	57.590	-94,9%

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Imposto Sobre o Rendimento" detalha-se como segue:

		2011	2010
Resultado antes de Imposto		3.291	172.717
Taxa Nominal de Imposto		25%	25%
	(1)	823	43.179
Diferenças Permanentes			
Imparidade Clientes		1.496	49.579
Provisões Processos Judiciais		-	400
Gastos de exercícios anteriores		3.213	1.187
Utilização 20% perdas com ajustamentos de transição NRF		-	(14.719)
Outras situações líquidas		3.789	6.476
		8.498	42.923
Taxa Nominal de Imposto		25%	25%
	(2)	2.124	10.731
Imposto Corrente	(1)+(2)	2.946	53.910
Imposto Diferido Gerado no exercício	(3)	-	3.680
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	(1)+(2)+(3)	2.947	57.590



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 16 – Activos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, no valor dos activos fixos tangíveis e respectivas amortizações acumuladas é como segue:

Movimento 2011								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo Inicial	61.870	3.812.888	2.448.474	106.822	358.218	60.634	3.916.602	10.765.506
Adições	-	-	33	5.046	6.955	22.265	213.767	248.086
Alienações e abates	-	(18.281)	(12.882)	(6.828)	(6.245)	-	-	(44.216)
Transferências	185.481	2.106.158	1.328.939	258.195	29.998	-	(3.908.771)	-
Saldo Final	247.351	5.900.765	3.764.564	363.235	388.924	82.899	221.598	10.969.357
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	1.905.373	1.819.829	80.367	263.507	54.133	-	4.123.209
Adições (Nota 13)	-	147.721	207.393	34.140	40.189	5.804	-	435.248
Regularizações	-	-	(14.996)	(3.223)	(8.516)	(222)	-	(26.957)
Alienações e abates	-	(10.066)	(12.882)	(5.836)	(5.901)	-	-	(34.685)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	2.043.028	1.999.344	105.448	289.279	59.715	-	4.496.814
Valor Líquido	247.351	3.857.757	1.765.220	257.787	99.645	23.184	221.598	6.472.541

Movimento 2010								
	Terrenos e Recursos	Edifícios e Outras	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Activos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo Inicial	61.870	3.652.088	2.257.278	106.822	340.048	80.275	1.825.438	8.303.819
Adições	-	1.690	156.533	-	15.423	72	2.287.969	2.461.687
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	159.110	34.663	-	2.745	287	(196.805)	-
Saldo Final	61.870	3.812.888	2.448.474	106.822	358.216	60.634	3.916.602	10.765.506
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	1.809.375	1.698.088	69.935	228.453	50.452	-	3.856.303
Adições (Nota 13)	-	95.998	121.741	10.432	35.054	3.681	-	286.906
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	1.905.373	1.819.829	80.367	263.507	54.133	-	4.123.209
Valor Líquido	61.870	1.907.515	628.645	26.455	94.709	6.501	3.916.602	6.642.297

Os activos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida (Nota 01, a.3). As taxas de depreciação médias que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

Os activos em curso em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Projecto de Modernização do Porto da Praia	59.514	211.434
Projecto Expansão e Modernização Porto Sal Rei	31.717	31.282
Projecto de Acesso Norte - APG	31.340	25.033
Projecto de Modernização do Porto Vale Cavaleiros	30.343	11.008
Projecto de Modernização do Porto Novo	27.858	11.008
Projecto Modernização e Expansão Porto Palmeira 2ª Fase	22.570	2.447.355
Projecto de Modernização do Porto Furna	4.492	4.492
Nave Mobile Scanner Contentor - Porto Palmeira	4.096	-
Placas Borracha Pitonadas Gare Marítima P. Grande	2.805	-
Construção 3"Scanners Contentores"	-	1.049.958
Construção e Montagem 3 rampas metálicas	-	79.202
Outros	6.864	45.831
	221.598	3.916.602

A diminuição na rubrica "Activos em curso" no exercício de 2011 no montante de mECV 3.695.004, deve-se ao facto de alguns desses activos que se encontravam em curso em 2010 terem sido adicionados aos activos fixos tangíveis, essencialmente: (i) 1ª fase do projecto de expansão e modernização do Porto da Palmeira no montante de mECV 2.424.785; (ii) a

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

construção de 3 “scanners” no montante de mECV 1.049.958; (iii) construção e montagem de 3 rampas metálicas nos portos da Praia, Fogo e Brava no montante de mECV 79.202. Entretanto temos o aumento nos investimento em curso nos (i) trabalhos de expansão realizados no Porto Vale Cavaleiros no montante de mECV 19.335; (ii) trabalhos de expansão realizados no Porto Novo no montante de mECV 16.850 e (iii) o projecto de construção do acesso norte do Porto Grande no montante mECV 6.307.

O aumento ocorrido na rubrica “Activos em curso” no exercício de 2011 teve ainda a colaboração das aquisições de geradores de emergência, materiais informáticos e de comunicação.

Nota 17 – Activos Intangíveis

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, nos activos fixos intangíveis é como segue:

	Programas de computador	2011	Programas de computador	2010
Activo Bruto				
Saldo Inicial	12.009	12.009	11.051	11.051
Adições	87.523	87.523	959	959
Alienações e abates	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo Final	99.532	99.532	12.009	12.010
Depreciações acumuladas				
Saldo Inicial	7.420	7.420	3.684	3.684
Adições (Nota 13)	18.201	18.201	3.737	3.737
Alienações e abates	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo Final	25.621	25.621	7.420	7.421
Valor Líquido	73.911	73.911	4.589	4.589

Os activos intangíveis são constituídos por software diverso utilizado pela Empresa na sua actividade.

Nota 18 – Activos por impostos diferidos

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras, nas condições descritas na Nota a.13, o efeito fiscal das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, tendo as mesmas sido reconhecidas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 com base na taxa agregada de imposto de 25%.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos activos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	31.12.2011		31.12.2010		
Diferenças	Base	Imposto Diferido	Base	Imposto Diferido	Aumento/(redução do exercício)
Activas					
Ajustamentos de conversão NRF	44.157	11.039	44.157	11.039	-
	44.157	11.039	44.157	11.039	-



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

A Empresa reconheceu activos por impostos diferidos com os ajustamentos de transição decorrentes da adopção das NRF, por via da aplicação do Decreto-Lei nº 14/2010 de 26 de Abril. De acordo com o artigo 3º do referido Decreto-Lei, os efeitos nos capitais próprios decorrentes da primeira adopção das normas incluídas no SNCRF concorrem em partes iguais, para a formação do resultado tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes.

Consequentemente, a Empresa incluiu como uma dedução à sua matéria colectável na estimativa de Imposto sobre o Rendimento dos exercícios de 2011 e 2010, o montante de mECV 11.039.

Nota 19 – Inventários

A rubrica de “Inventários” apresentava os seguintes detalhes nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Inventário - Combustíveis e Lubrificantes	2.030	1.399
Inventário - Material Conservação e Reparação	1.706	2.257
Inventário - Vestuário , Fardas e Utensílios Domésticos	817	939
Inventário - Acessórios p/Equip.Hidráulico	59.360	61.290
Inventário - Pneumáticos e seus Acessórios	15.028	12.974
Inventário - Tintas e solventes Diversos	31	111
Inventário - Utensílios de Descarga	9.108	10.090
Inventário - Materiais e Artigos Escritório	1.711	1.535
Inventário - Outros não especificados	966	971
	90.757	91.566
Em Trânsito - Acessórios p/Equip.Hidráulico	72	1.020
	72	1.020
Perdas por Imparidade	2011	2010
Imparid.Invent. - Material Conservação e Reparação	(1.747)	(1.747)
Imparid.Invent. - Acessórios p/Equip.Hidráulico	(49.314)	(49.314)
Imparid.Invent. - Utensílios de Descarga	(5.891)	(5.891)
Imparid.Invent. - Outros não especificados	(760)	(760)
	(57.712)	(57.712)
Valor Líquido Inventários	33.116	34.874

No período em análise as imparidades de inventários não sofreram nenhuma alteração, por ser entendimento do Conselho de Administração que o montante reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 continua a corresponder às perdas de realização estimadas com estes activos.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 20 – Clientes

A rubrica de “Clientes” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentava o seguinte detalhe:

	2011	2010
Clientes conta corrente	492.648	501.637
Clientes Acréscimos de Rendimentos	24.694	14.464
Clientes de Cobrança Duvidosa	178.911	222.039
	696.253	738.140
Perdas por Imparidade	(179.226)	(222.039)
Valor Líquido Clientes	517.027	516.100

A rubrica “Clientes acréscimo de rendimento” no montante de mECV 24.694, é relativo aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem, mas que não se encontram facturados em 31 de Dezembro de 2011.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
 (Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

O detalhe dos principais clientes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

Clientes	2011	2010
ANSA	56.697	49.986
Portmar	40.891	28.945
Cimpor CV	36.108	53.594
Limage	30.487	23.438
Agenavs	28.934	28.582
Cabocem	24.627	23.495
Polar Lda	24.340	35.801
Capitania dos Portos do Barlavento	23.745	23.653
S.T.M.	19.068	12.043
C.N.N. Arca Verde	16.412	16.412
Manuel Gomes Madeira - MAERSK	16.123	25.807
Vivo Energy	15.592	18.225
FIC	15.465	15.465
Agência Nacional de Viagens	15.422	16.913
Enacol	11.765	11.899
Ministério das Finanças e Planeamento	8.742	8.742
Delegacias de Saúde	8.719	9.277
Moave	8.252	9.736
Direcção Geral de Alfândegas	7.860	9.974
Gesserel	7.600	7.600
Frescomar	7.575	13.443
LP - Actividades Marítimas	7.465	9.109
CSA - Cabo Verde Ship.	7.414	13.338
Diallo & Macedo	6.580	576
Fast Ferry	4.506	-
Capitania dos Portos do Sotavento	3.792	3.792
Carlos Veiga	3.618	10.552
Outros	238.454	257.744
	696.253	738.140



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos cabo-verdianos – mECV)

Nota 21 – Adiantamentos a Fornecedores e adiantamentos de clientes

A rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	2011	2010
Adiantamentos a Fornecedores Nacionais	6.750	9.106
Adiantamentos a Fornecedores Estrangeiros	-	-
	6.750	9.106
Adiantamentos de clientes	15.552	235
	15.552	235

O saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes” em 31 de Dezembro de 2011 corresponde aos adiantamentos efectuados por clientes do Porto Grande e do Porto da Praia por serviços a serem prestados no primeiro trimestre do exercício de 2012.

Nota 22 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o seguinte detalhe:

	2011	2010
Saldos Devedores		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	433.565	388.511
Outros Impostos	1.100	-
	434.665	388.511
Saldos Credores		
Imposto s/Rendimento Estimado	2.919	50.157
IUR Pessoal	15.443	13.328
Outros Impostos	226	339
Previdência Social	31.231	28.328
Compensação de Reforma	2	4
S.O.A.T	388	365
	50.209	92.521

A Empresa pediu o reembolso de IVA no montante de mECV 45.200 em Janeiro de 2012 (mECV 388.364 no decurso do exercício de 2010), aguardando resposta por parte das Autoridades Fiscais. O montante de mECV 31.231 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de Dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- i) Previdência social – A contribuição da Empresa corresponde a 15% das remunerações com carácter regular dos empregados.
- ii) Direitos aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efectuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a tábua aduaneira em vigor.
- iii) Imposto Único sobre os Rendimentos – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa, correspondendo para os contribuintes do regime normal (método da verificação) a uma taxa de 25% sobre a matéria colectável. Para o apuramento da matéria colectável, são reduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, essencialmente, os custos relacionados com imparidades e provisões não aceites fiscalmente e custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício. Em resultado da alteração do IUR prevista na Lei do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2011, em relação aos pagamentos por prestação de serviços efectuados por entidades não residentes a Empresa encontra-se a efectuar a retenção na fonte à taxa liberatória de 20% sobre o valor dos serviços facturados.
- iv) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras e as vendas efectuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspecção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nota 23 – Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Accionista / sócios” é constituída como se segue:

	2011	2010
Saldos Devedores		
Adiantamentos	2.924	2.924
	2.924	2.924
Saldos Credores		
Distribuição Dividendos	362.895	305.331
	362.895	305.331

O montante a receber de mECV 2.924 é referente a obras realizadas por conta do Estado Caboverdiano e pagamentos efectuados por solicitação do mesmo. Os dividendos atribuídos e ainda não pagos respeitam aos exercícios de 2007 a 2010.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Nota 24 – Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de “Outras contas a receber” apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Outras Contas a receber - activo não corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	30.140	31.954
Actualização de Dívidas de Empréstimos	(4.534)	(5.615)
	<u>25.606</u>	<u>26.339</u>
Outras Contas a receber - activo corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	18.174	28.297
Outras contas a receber	184.308	163.405
	<u>202.482</u>	<u>191.702</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referente a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos no montante de mECV 30.140 a médio longo prazo e mECV 18.174 a curto prazo. Estes empréstimos destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação ou aquisição de viatura, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos a médio longo prazo vencem juros.

A rubrica “Outras contas a receber” em 31 de Dezembro de 2011 inclui o montante de mECV 140.989 relativo a pagamentos efectuados à empresa construtora do Navio Patrulha que servirá a Guarda Costeira para o patrulhamento e reforço da segurança marítima das águas territoriais de Cabo Verde, que a Empresa irá recuperar junto do Estado de Cabo Verde, e mECV 28.870 relativo às contas a receber da antiga entidade “Arca Verde”, a qual se encontra sob tutela do Governo de Cabo Verde.

A rubrica de “Outras contas a pagar” apresenta o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Outras Contas a pagar - passivo não corrente		
Fornecedores de Activos Fixos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras Contas a pagar - passivo corrente		
Fornecedores de Activos Fixos	27.803	684.714
Enc.c/Remuneração Sub.Férias	129.859	129.378
Juros a Pagar de Projectos	53.417	78.538
Remunerações a Regularizar	13.569	10.889
Juros a Pagar de Equipamentos	5.893	27.795
Credores Diversos p/Acréscimo	3.076	2.795
	<u>233.617</u>	<u>934.109</u>



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

O montante em dívida a fornecedores de activos fixos registado como passivo corrente no montante de mECV 27.803, inclui os montantes de : (i) mECV 13.005 referente aos valores a pagar à empresa Consultants Serv. Royal Haskoning que fiscaliza as obras de expansão do Porto Palmeira; (ii) mECV 4.767 referente à factura de serviços efectuados na nave do scanner do Porto da Palmeira; (iii) mECV 3.002 referente a placas de borracha pitomada facturadas pela JCS - José Carlos Simões para colocação no piso da Gare do Porto Grande.

Na rubrica de “Juros de projectos” encontram-se registados os juros suportados essencialmente com empréstimos de financiamento obtidos para a construção do Porto Grande no montante de mECV 19.937, do Porto Novo no montante de mECV 14.154, e das obras de expansão da Palmeira no montante de mECV 18.962.

Na rubrica “Juros de equipamentos” encontram-se registados os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores no montante de mECV 5.893.

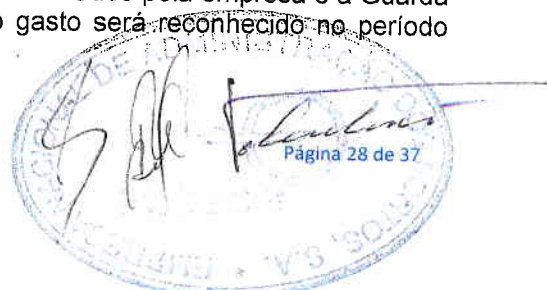
Encontra-se registado na rubrica “Encargos com remunerações e subsídio de férias” as responsabilidades da Empresa com os trabalhadores referentes a férias a pagar e as contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 15% das remunerações de férias a serem processadas.

Nota 25 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Saldos Devedores		
Rendas	75	75
Fiscalização Baía PG e PP/Guarda Costeira	4.000	4.000
Prémios Seguros Pag./Antecipadamente	2.167	3.416
Juros Pagos Antecipadamente	-	62
Outros a Reconhecer	5.270	9.700
	11.512	17.253
Saldos Credores		
Subsíd.Gov.Holanda-Expansão Porto Grande	133.468	141.905
Subsíd.Gov.Cabo Verde-Expansão Porto Grande	11.081	11.782
Subsíd.Gov.USA	130.058	156.069
Rendas de terrenos	3.921	5.980
	278.528	315.736

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa e referida na Nota a.15, a Empresa reconheceu como rendimento na demonstração dos resultados do exercício de 2011, o montante de mECV 35.149 (Nota 6), relativo ao reconhecimento como rendimento das participações recebidas a fundo perdido do Governo Caboverdiano e do Governo Holandês para as obras de expansão do Porto Grande, assim como o pacote de equipamento portuários financiados a fundo perdido pelo Millennium Challenge Corporation (MCC) do Governo dos Estados Unidos da América. O saldo relativo a “Fiscalização das bacias dos portos Grande e da Praia pela Guarda Costeira” no montante de mECV 4.000, é relativo a acordos assinados pela empresa e a Guarda Costeira e que foram pagos antecipadamente, pelo que o gasto será reconhecido no período seguinte.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

O saldo da rubrica “Prémios de seguros” no montante de mECV 2.167, é relativo a prémios de seguros pagos em 2011 relativos a períodos de cobertura no exercício de 2012. Consequentemente, o gasto será reconhecido no período posterior.

O saldo da rubrica “Outros a Reconhecer” no montante de mECV 5.270 é referente a gastos diferidos com os contratos de assistência na manutenção de softwares informáticos e com custos de publicidade em jornais e revistas, aquisição de materiais de publicidade adquirida para o exercício de 2012, bem como a cota anual da AGPAOC de 2012 liquidada no decorrer de 2011.

Nota 26 – Capital Realizado

O capital, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 integralmente subscrito e realizado, é detido pelo único accionista, o Estado de Cabo Verde.

Nota 27 – Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Reserva Legal	57.631	51.874
	57.631	51.874
Reserva Geral	937.181	939.517
Reservas para Investimentos	510.357	458.550
Reservas para fins Sociais	-	40.000
Reservas para Melhoramentos	73.418	73.418
Reserva p/Remuner.Capitais Investidos	-	12.860
	1.520.956	1.524.345

Por deliberação da Assembleia Geral de 10 de Novembro de 2011 e 17 de Dezembro de 2010, o resultado líquido dos exercícios de 2010 e 2009, foi aplicado como segue:

	2011	2010
Reserva legal	5.756	5.072
Outras reservas	51.807	45.651
Distribuição de dividendos	57.564	50.723
	115.127	101.446

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2010 atribuídos ao accionista da Empresa ascenderam a mECV 57.564, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 10 de Novembro de 2011. O saldo de dividendos a pagar encontra-se registado na rubrica de “Accionistas” (Nota 23).



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Segundo deliberação tomada em Assembleia Geral realizada em 2 de Dezembro de 2011, foi deliberado transferir de “Outras reservas” o montante de mECV 55.196 para cobrir o saldo da rubrica “Resultados Transitados”.

Reserva legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício que, anualmente lhe for destinada, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva geral: esta reserva é constituída pela afectação no mínimo de 10% dos resultados líquidos de cada exercício, e só poderá ser utilizada para: (i) cobertura do prejuízo do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas; (ii) cobertura de prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas; e (iii) para incorporação no capital estatutário.

Reserva para investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para fins sociais: esta reserva, cuja dotação anual não pode exceder 10% dos resultados líquidos de cada exercício, tem como finalidade a concessão de benefícios de natureza social de utilização colectiva ou serviços colectivos aos trabalhadores.

Reserva para melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para remuneração dos capitais investidos: esta reserva é constituída até ao limite de 30% do capital estatutário, pela retenção da parte dos resultados líquidos de cada exercício que lhe for destinada.

Nota 28 – Provisões

O movimento ocorrido na rubrica de provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Movimento 2011				
	Janeiro de 2011	Aumentos	Utilizações	Dezembro de 2011
Processos Judiciais em Curso	10.703	756	100	11.559
Outras Provisões	55	-	-	55
	10.758	756	100	11.614
Movimento 2010				
	Saldo 1 de Janeiro de	Aumentos	Utilizações	Saldo 31 de Dezembro de
Processos Judiciais em Curso	10.303	400	-	10.703
Outras Provisões	83	-	(28)	55
	10.386	400	(28)	10.758



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

A rubrica "Processos judiciais em curso" inclui a provisão relativa ao processo instaurado por um ex-trabalhador que foi despedido por justa causa e que pediu uma indemnização por via judicial. Esta provisão inclui o montante de 10.703 mECV cujo registo inicial foi efectuado no exercício de 2006, sendo reforçado anualmente por via da actualização dos juros de mora devidos em caso de pagamento da referida indemnização. O saldo remanescente desta rubrica respeita a processos diversos.

Nota 29 – Perdas por Imparidades

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foi o seguinte:

2011

	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Perdas por Imparidade				
Inventários (Nota 19)	57.712	-	-	57.712
Cientes (Nota 20)	222.039	1.496	(44.309)	179.226
	<u>279.751</u>	<u>1.496</u>	<u>(44.309)</u>	<u>236.938</u>

2010

	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Perdas por Imparidade				
Inventários (Nota 19)	57.712	-	-	57.712
Cientes (Nota 20)	178.037	49.579	(5.577)	222.039
	<u>235.749</u>	<u>49.579</u>	<u>(5.577)</u>	<u>279.751</u>

Nota 30 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 os empréstimos obtidos detalham-se como se segue:

Financiamentos Obtidos	Ano Contração Empréstimo	Montante Obtido	Montante Liquidado	Saldo 31 de Dezembro de 2010			Saldo 31 de Dezembro de 2011		
				Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida
Empréstimo do Estado (AID) (a)	1993	45.388	-	45.388	-	45.388	-	45.388	45.388
BCA - ISPS CODE	2005	48.939	(48.939)	-	-	-	-	-	-
BIA - Obra Porto Novo (b)	2005	47.600	(27.622)	5.853	14.125	19.978	3.009	-	3.009
BCA - Obras Extensão Porto Palmeira (c1)	2006	50.000	(47.035)	2.965	-	2.965	11.326	19.556	25.302
CECV - Aquisição Terreno Porto da Praia (c2)	2006	100.000	(90.166)	9.834	-	9.834	22.388	9.834	14.291
BIA - Construção de rampas (c3)	2006	42.637	(16.991)	8.647	16.999	25.646	7.950	25.646	33.596
BIA - Projecto Transbordo Porto Grande (d)	2007	90.286	(3.809)	15.915	70.561	86.476	28.106	62.180	90.286
CECV - Construção Edifício Fogo e Rampa Brava (e)	2009	200.000	(50.730)	38.490	110.780	149.270	36.254	149.270	185.524
BEI - Expansão Porto Palmeira (f)	2009	2.483.185	-	-	2.483.185	2.483.185	-	1.721.896	1.721.896
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (g)	2009	1.155.324	-	-	1.155.324	1.155.324	-	966.083	966.083
Empréstimo BCA - Navio Patrulha (h)	2010	382.624	(10.998)	45.737	325.889	371.626	46.657	194.976	241.633
Total		4.645.983	(296.290)	172.629	4.176.863	4.349.692	161.436	3.217.794	3.379.230

(a) Empréstimo subsidiário concedido em 18 de Junho de 1993 pela AID ao Estado Caboverdiano, que posteriormente o cedeu à Empresa para financiamento de projectos ao abrigo do Programa de Infra-estruturas e Transportes, nomeadamente do novo sistema de informação de gestão e dos trabalhos de fiscalização das obras de expansão do Porto Grande. Este empréstimo é expresso em Dólares dos Estados Unidos da América e apesar de inicialmente se encontrar previstas 40 prestações semestrais iguais com início em Dezembro de 2003, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, o Conselho de Administração da Empresa considera que o seu reembolso apenas terá início após 1 de Janeiro de 2012. Este empréstimo encontra-se garantido pelo Estado de Cabo Verde.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

(b) Durante o exercício de 2005, a Empresa celebrou um contrato de empréstimo, sendo concedido pelo Banco Interatlântico ("BI") destinado à construção da via de acesso ao cais do Porto Novo. O empréstimo concedido pelo BIA, no montante mECV 47.600, encontra-se a ser amortizado em 120 prestações mensais iguais a mECV 625 (incluindo juros) vencendo juros à taxa anual de 11%. A Empresa efectuou o pagamento da 1ª prestação em 17 de Fevereiro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 5.853 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 14.125.

(c) Durante o exercício de 2006, a Empresa celebrou três contratos de empréstimo, para financiar as obras de expansão e ordenamento no Porto Palmeira, a aquisição de um terreno à Câmara Municipal da Praia (localizado na área do Porto da Praia) e para a construção de rampas de desembarque horizontal no Porto da Praia, Porto Novo e Porto Grande. Estes empréstimos têm os seguintes vencimentos e taxas de juro:

(c1) O empréstimo concedido pelo BCA, no montante de mECV 50.000 encontra-se a ser amortizado em 20 prestações trimestrais iguais a mECV 3.021 (incluindo juros) vencendo juros à taxa fixa de 7,5%. A primeira prestação venceu-se em 5 de Junho de 2007. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem registado apenas responsabilidades de curto prazo no montante de mECV 2.965.

(c2) Em 31 de Dezembro de 2006 o empréstimo concedido pela Caixa Económica de Cabo Verde, no montante de mECV 50.000 destinava-se ao financiamento em 50% da aquisição de um terreno à Câmara Municipal da Praia para expansão do porto da Praia. Este financiamento assumia a forma de conta-corrente caucionada, tendo como data de reembolso para a totalidade de capital e juros em dívida o dia 6 de Junho de 2007. No decurso do exercício de 2007 foi contraído um novo empréstimo no montante de mECV 100.000, do qual o montante de mECV 50.000 foi utilizado para reembolso da conta-corrente caucionada utilizada no exercício de 2006, e o montante remanescente utilizado para a aquisição dos restantes 50% do terreno para expansão do Porto da Praia. Este novo empréstimo será reembolsado em 60 prestações mensais iguais no montante de mECV 2.004 (incluindo juros), com início em 8 de Junho de 2007, vencendo juros à taxa fixa de 7,5%. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem registado apenas responsabilidades de curto prazo no montante de mECV 9.834.

(c3) O empréstimo concedido pelo BIA no montante de mECV 75.000 foi reduzido para mECV 42.637, pelo facto da Empresa ter rescindo o contrato com o empreiteiro do projecto, tendo sido construído apenas a rampa do Porto Grande e também a parte de materiais para a rampa do Porto Novo. Este novo empréstimo encontra-se a ser amortizado em 20 prestações mensais no montante de mECV 2.639 (incluindo juros) vencendo juros à taxa de 8,5%. A primeira prestação venceu após a finalização das negociações dos trabalhos de construção da rampa de desembarque horizontal, tendo iniciado em 21 de Outubro de 2009 o período de amortização do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 8.647 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 16.999.

(d) Durante o exercício de 2007, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BIA para a segunda fase do projecto de transbordo para o Porto Grande, o qual foi reduzido para mECV 90.286. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas trimestrais no montante de mECV 5.389 (incluindo juros) com início em 22 de Dezembro de 2011, durante um período de 10 anos, vencendo juros à taxa anual de 7%. Para a obtenção deste empréstimo foi

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 15.915, registado como responsabilidades a curto prazo e o montante de mECV 70.561 e como responsabilidades a médio e longo prazo.

(e) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento para a construção do edifício multiuso no Porto de Vale Cavaleiros e uma rampa no Porto de Furna. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV. 200.000. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas trimestrais durante um período de 7 anos, vencendo juros à taxa anual de 6%. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total de mECV 400.000. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tinha como responsabilidades o montante de mECV 149.270, sendo que encontra-se registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 38.490 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 110.780.

(f) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 5.182.455 será amortizado em 20 anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos deve-se indicar o modelo de taxa de juros a aplicar à respectiva tranche, sendo que durante os exercícios de 2009 a 2011, os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (26/09/2009) – 3.400.000 Euros – Taxa fixa (5,094%);
- 2ª tranche (22/12/2009) – 4.396.110 Euros – Taxa Variável
- 3ª tranche (30/09/2010) - 7.819.867 Euros – Taxa Variável
- 4ª tranche (17/02/2011) – 6.904.182 Euros – Taxa Variável

No final da utilização do empréstimo, será efectuada uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tem um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 2.483.185, e dado que o início da sua amortização só acontecerá em 2013, a totalidade do saldo em dívida foi classificado como sendo dívida a médio e longo prazo.

(g) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.963,63 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2%, tendo um período de carência de 5 anos. Os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (07/08/2009) – mECV 282.950
- 2ª tranche (14/12/2009) – mECV 565.594
- 3ª tranche (19/12/2011) – mECV 97.043

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 1.155.324, e dado que o início da sua amortização só acontecerá em 2014, a totalidade do saldo em dívida foi classificado como sendo dívida a médio e longo prazo.

(h) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA para a construção de um Navio Patrulha para o reforço da segurança das baías portuárias. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV 400.000, sendo que o montante utilizado foi de apenas mECV 382.624. A amortização do empréstimo é efectuada através de rendas mensais durante um período de 28 meses, em prestações de mECV 16.976

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
 (Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

trimestrais, vencendo juros à taxa anual de 6,25%, com início em 15 de Outubro 2011. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direcção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tem como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 45.737 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 325.889.

Em 31 de Dezembro de 2011, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos é como se segue:

Financiamentos Obtidos	Montante em dívida em 31.12.2011	2012	2013	2014	2015	2016 e seguintes
Empréstimo do Estado (AID) (a)	45.388	45.388	-	-	-	-
BIA - Obra Porto Novo (b)	19.978	5.853	6.433	7.072	620	-
BCA - Obras Extensão Porto Palmeira (c1)	2.965	2.965	-	-	-	-
CECV - Aquisição Terreno Porto da Praia (c2)	9.834	9.834	-	-	-	-
BIA - Construção de rampas (c3)	25.646	8.647	9.406	7.593	-	-
BIA - Projecto Transbordo Porto Grande (d)	86.476	15.915	56.883	13.678	-	-
CECV - Construção Edifício Fogo e Rampa Brava (e)	149.270	38.490	40.864	43.384	26.532	-
BEI - Expansão Porto Palmeira (f)	2.483.185	-	147.411	148.218	149.029	2.038.527
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (g)	1.155.324	-	-	74.184	74.184	1.006.956
Empréstimo BCA - Navio Patrulha (h)	371.626	45.737	160.092	160.092	5.705	-
Total	4.349.692	172.829	421.089	454.221	256.070	3.045.483

Para além das garantias e responsabilidades acima descritas, os empréstimos contraídos pela Empresa não apresentam convenants aos quais a Empresa esteja obrigada ao seu cumprimento. O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

Importa referir que a Empresa em Março de 2011 recebeu mais uma tranche do BEI no montante de mECV 761.290, o qual foi utilizado essencialmente para pagar as dívidas a fornecedores de activos fixos registadas como passivo corrente na rubrica "Outras contas a pagar".

Nota 31 – Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica responsabilidade por benefícios pós emprego, tinha a seguinte decomposição:

	Saldo em 31 de Dezembro 2011			Saldo em 31 de Dezembro 2010		
	Corrente	Não corrente	Total Passivo	Corrente	Não Corrente	Total Passivo
Reforma Incentivada Antecipada	1.966	4.206	6.172	1.966	10.404	12.370
Complemento de Reforma Antecipada	650	-	650	650	393	1.043
Responsabilidade c/Pagamento de IUR Reformados	-	-	-	-	52.628	52.628
	2.616	4.206	6.822	2.616	63.425	66.041



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

i) Assumidas anteriormente a 31 de Dezembro de 1999 (Estivadores)

Em 9 de Maio de 1995, foi celebrado um Protocolo entre o Ministério do Mar e o Ministério da Coordenação Económica prevendo a concessão de reformas antecipadas aos estivadores que não reunissem as condições físicas mais adequadas para fazer face às exigências do seu trabalho. Este Protocolo garante uma compensação monetária paga pelo Governo correspondente ao salário médio mensal do estivador, desde a data da sua desvinculação da Empresa até à idade de reforma (actualmente 65 anos). De acordo com aquele Protocolo, o pagamento das reformas antecipadas seria efectuado pela Empresa, assumindo esta 50% dos encargos a incorrer com o pagamento das compensações aos empregados, e o Governo os restantes 50%.

Na sequência do estabelecido no Protocolo de Saneamento Financeiro celebrado em 19 de Dezembro de 2000, a Empresa assumiu a responsabilidade pelo pagamento da totalidade das reformas antecipadas aos trabalhadores abrangidos pelo Protocolo de 9 de Maio de 1995. No âmbito do protocolo de concessão de reformas antecipadas aos estivadores foram concedidas reformas antecipadas a 113 trabalhadores, cujos contratos de desvinculação com a Empresa, foram assinados em Março de 1998.

Estudos internos elaborados pela Empresa reportados a 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estimaram o valor dos pagamentos a efectuar àqueles trabalhadores até à idade de reforma em, aproximadamente, mECV 20.975 e mECV 33.515 (incluindo encargos patronais), respectivamente. Estes estudos consideraram um crescimento anual dos salários dos estivadores em 6%, e não tiveram em consideração qualquer taxa de desconto e tabela de mortalidade, por se entender que estes pressupostos correspondem à melhor estimativa possível à data.

Em 31 de Dezembro de 2011 o saldo com estas responsabilidades ascende a mECV 352 (1.043 mECV em 31 de Dezembro de 2010), sendo que a redução daquelas responsabilidades durante o exercício de 2011, deveu-se, essencialmente, aos pagamentos de reformas antecipadas no montante de mECV 691 (incluindo encargos patronais).

ii) Assumidas após 31 de Dezembro de 1999

Adicionalmente na sequência da Lei nº 101/V/99 de 19 de Abril de 1999, a Empresa celebrou em 31 de Julho de 2000 com o Estado de Cabo Verde, um Protocolo no qual assume a responsabilidade pela aplicação do regime de reforma incentivada antecipada a 111 trabalhadores, cujos contratos de desvinculação com a Empresa, foram assinados em Julho de 2000. Este Protocolo garante uma compensação monetária correspondente ao salário médio mensal do funcionário, desde a data da sua desvinculação da Empresa até à idade de reforma (actualmente 65 anos). Nos termos do Protocolo o pagamento das pensões será efectuado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, ficando a Empresa responsável pela liquidação das suas responsabilidades junto desta entidade em vinte prestações trimestrais.

Em 13 de Março de 2001, a Empresa celebrou outro protocolo com o Instituto Nacional de Previdência Social que quantificou o valor da responsabilidade total da Empresa pelos benefícios concedidos no âmbito do regime definido no Protocolo de 31 de Julho de 2000 relativa a este sistema no montante de mECV 558.081. Este montante seria liquidado em vinte prestações trimestrais, sendo as quatro primeiras de mECV. 25.265, e as restantes de mECV 28.564 cada.



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Em 15 de Abril de 2002, decorrente da renegociação do protocolo de 13 de Março de 2001, foi fixado em mECV 371.437 o valor global das responsabilidades perante os 111 trabalhadores abrangidos, a serem pagos em trinta e quatro prestações trimestrais de mECV 12.951 cada, já incluindo juros à taxa de 4%. No exercício de 2010, a Empresa procedeu à liquidação das quatro remanescentes prestações no montante total de mECV 38.086, tendo também procedido à regularização de responsabilidades não devidas no montante de mECV 16.853.

Em 31 de Dezembro de 2011, a responsabilidade assumida pela Empresa com os pagamentos futuros de reforma incentivada antecipada, referente aos encargos com as actualizações futuras das reformas, ascendem a mECV 6.470 (2.264 mECV classificado como passivo corrente e 4.206 mECV como passivo não corrente).

O montante de mECV 52.628 registado em 31 de Dezembro de 2010 correspondia ao valor estimado pela Empresa como valor a pagar relativo a retenções na fonte em sede de Imposto Único sobre o Rendimento e associado aos complementos de reforma antecipadas liquidadas desde 2000 até 31 de Dezembro de 2006, definidas no protocolo assinado em 15 de Abril de 2002 com o Instituto Nacional de Previdência Social ("INPS"). No decurso do exercício de 2011, com base nos contactos efectuados pela Empresa junto do INPS e das autoridades fiscais em 2011, a Empresa reverteu esta estimativa, por entender que esta responsabilidade já não é devida pela Empresa. Esta reversão foi efectuada por contrapartida da Demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 6).

Nota 32 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	2011	2010
Fornecedores c/Corrente	27.679	125.953
Fornecedores Fact.em Recepção Conferência	24.326	38.187
	52.005	164.140

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias consumo e algum equipamento informático em trânsito à data de balanço.

Nota 33 – Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo.

Nota 34 – Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde a empresa para obtenção de financiamentos eram como se segue:



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes expressos em milhares escudos caboverdianos – mECV)

Entidade Financeira	Emitente	2011	2010
Banco Interatlântico	Gov. C.V.	45.000	45.000
Caixa Económica de Cabo Verde	Gov. C.V.	200.000	200.000
Banco Comercial do Atlântico	Gov. C.V.	400.000	400.000
		645.000	645.000

Nota 35 – Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de Dezembro de 2011 não existem divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

Nota 36 – Outras Informações Cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de Dezembro não existem outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

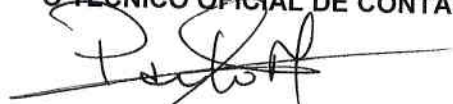
Nota 37 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 18 de Maio de 2012.

Nota 38 – Eventos subsequentes

Após encerramento do exercício não ocorreram eventos materialmente relevantes que afectem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro da Empresa e que, consequentemente, devam ser objecto de referência.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Dr. Paulo Manuel Santos Mota

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




IV. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

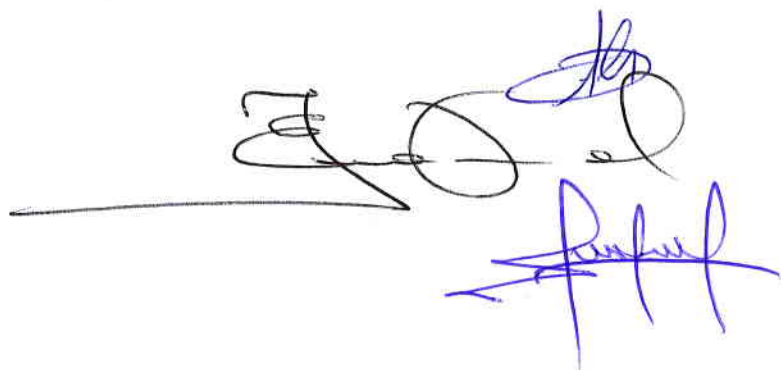
ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos legais e estatutários apresentamos o relatório sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e emitimos o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **ENAPOR** – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos possível, a actividade da Empresa, tendo verificado a regularidade do registo contabilístico e da respectiva documentação bem como a observância da lei e dos estatutos.
2. Apreciámos o Relatório de Auditoria externa, que apresenta quatro reservas, algumas das quais concordamos e que foram objecto de observações nos nossos relatórios anteriores.
3. A ENAPOR registou uma diminuição dos seus resultados líquidos, tanto relativamente ao exercício anterior como às projecções reflectidas nos instrumentos de gestão previsionais, para o exercício findo de 2011.
Verificou-se um incremento dos rendimentos operacionais em cerca de 6,5%, contudo registou-se um aumento superior dos gastos operacionais em 9,0%, essencialmente devido ao aumento das amortizações, mas também ao aumento das despesas com o pessoal em cerca de 3,9%, superior ao aumento de 1,8%, verificado em 2010 e dos gastos com o Navio patrulha, traduzindo-se numa degradação dos resultados de exploração da Empresa
4. Melhorou a tesouraria de curto prazo, tanto na parte de liquidez imediata como do equilíbrio financeiro, tendo o fundo maneio como a tesouraria líquida aumentados significativamente.
No entanto, como consequência dos resultados alcançados no exercício, verificou-se uma ligeira degradação de alguns indicadores nomeadamente dos capitais próprios e da situação financeira da Empresa, com os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira a acusarem evoluções negativas, pelo que reiteramos a recomendação de um maior esforço na política de contenção de custos para permitir uma melhoria do equilíbrio financeiro da Empresa.



5. Permanecem ainda no exercício de 2011 algumas preocupações, apontadas tanto pela Auditoria Externa, como pelo Conselho Fiscal, com especial realce para o volume de dívidas de clientes, mantendo-se praticamente igual ao exercício anterior.

Relativamente, ao volume de dívidas e a quantidade de devedores, não existindo um mapa consolidado por antiguidade de saldos, subscrevemos igualmente a reserva nº 5 da Auditoria Externa questionando se o nível de imparidades previsto é mesmo suficiente e adequado.

6. Relativamente à questão do Navio patrulha, subscrevemos, pela sua pertinência, a reserva da auditoria externa, realçando o CF mais a perspectiva do impacto que a política de co- financiamento está a ter na exploração da Empresa em 2011 e ainda vai ter no próximo exercício, pois em 2012 ainda vai ser imputado, como custo, uma outra parte de cerca de 140.000 contos, com reflexos negativos nos resultados. Neste sentido, recomenda-se que seja revista a política de co-financiamento, especialmente em projectos que a Empresa não tem responsabilidade, tendo de suportar elevados custos sem que estejam previstos contrapartidas financeiras correspondentes, agravando fortemente as contas de exploração.

7. É nossa opinião que, face aos elementos apresentados, às nossas reservas e recomendações, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, nos seus aspectos materialmente relevantes, a situação económica e financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2011, pelo que emitimos o parecer favorável no sentido de que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a proposta de aplicação de resultados.

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e ao pessoal dirigente da Empresa com quem contactamos, pela colaboração dispensada no desempenho das nossas funções.

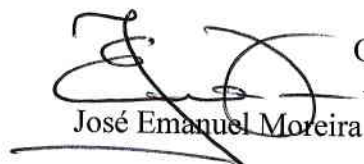
São Vicente, 28 de Agosto de 2012

O Conselho Fiscal:

O Presidente,


Alcinda Sousa Duarte

Os Vogais,


José Emanuel Moreira


Cesário Gomes Lopes

V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos – mECV.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (“Empresa” detida totalmente pelo Estado de Cabo Verde – Nota Introdutória), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de mECV. 8.139.865 e capitais próprios de mECV. 2.778.930, incluindo um resultado líquido de mECV. 344, as Demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em Portugal, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. O balanço da Empresa inclui nas rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber”, contas a receber de Organismos Públicos ou empresas participadas pelo Estado de Cabo Verde no montante de, aproximadamente, mECV. 110.332, já deduzido de perdas de imparidade acumuladas no montante de mECV. 87.336, o qual inclui: (i) o montante de mECV. 107.634 para o qual não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, e (ii) o montante de mECV. 45.282 relacionado com a antiga empresa pública Arca Verde. Adicionalmente, o balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2011 inclui contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) no montante de mECV. 433.565 (Nota 22), as quais não tem vindo a ser objecto de recuperação por parte da Empresa. Apesar dos esforços realizados pela Empresa com vista à recuperação daquelas dívidas através de, nomeadamente, propostas de encontro de contas a serem realizadas com o Estado de Cabo Verde, não obtivemos, até à presente data, informações suficientes que nos permitam concluir quanto ao momento e valor de realização daquelas contas a receber. Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2011.

5. O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2011 inclui contas a receber de entidades privadas no montante de, aproximadamente, mECV. 416.890 (já deduzido de perdas de imparidade acumuladas no montante de, aproximadamente, mECV. 90.000). A nossa análise ao valor de realização daquelas contas a receber, naquela data, revelou que as perdas de imparidade acumuladas respectivas se encontram insuficientes no montante de, aproximadamente, mECV. 100.000 (mECV. 64.000 em 31 de Dezembro de 2010). Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2011, o activo, os resultados de exercícios anteriores e o resultado líquido do exercício encontram-se sobreavaliados no montante de, aproximadamente, mECV. 100.000, mECV. 64.000 e mECV. 36.000.
6. No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa procedeu a pagamentos no montante de mECV. 140.989, relativo à construção de um navio patrulha que será operado pela Guarda Costeira, que foi registado como uma conta a receber do Estado de Cabo Verde (Nota 24). Verificamos, contudo, que posteriormente a 31 de Dezembro de 2011, a Empresa reconheceu aquele montante como um gasto, por o mesmo não apresentar valor de realização. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Outros gastos e perdas” inclui os montantes de mECV. 126.443 e mECV. 126.443 (Nota 12), respectivamente, relativos, igualmente, a gastos associados com a construção daquele navio patrulha. Embora, em função das informações entretanto obtidas, entendamos que a conta a receber, em 31 de Dezembro de 2011, no montante de mECV. 140.989 deveria ser reconhecida como gasto até 31 de Dezembro de 2011, não obtivemos informações suficientes para concluir se aquele montante e os outros pagamentos no montante total de mECV. 252.886, deveriam ter sido registados no exercício de 2011 ou de 2010.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 4 acima e excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

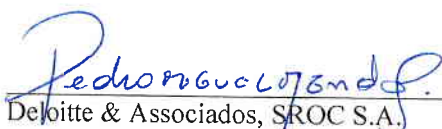
Ênfases

8. Conforme referido na Nota Introdutória, em 1982, a Empresa obteve a concessão da exploração económica dos Portos da República de Cabo Verde, que consubstancia a utilização pela Empresa de um vasto conjunto de bens de domínio público, sem que se encontrem, contudo, definidas algumas condições da sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e eventuais contrapartidas financeiras para o Estado de Cabo Verde. Acresce referir que a Empresa tem vindo a amortizar os seus activos fixos tangíveis de acordo com os períodos máximos permitidos pela legislação fiscal, critério que poderá não se revelar adequado, caso o prazo a estabelecer para a concessão venha a ser inferior aos períodos de amortização que estão a ser adoptados pela Empresa. Adicionalmente, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 é significativamente menor do que nos exercícios anteriores, em resultado, fundamentalmente, do início da amortização dos investimentos significativos que a Empresa tem vindo a realizar nos últimos exercícios, cuja recuperabilidade futura depende do aumento do tráfego e fundamentalmente da actualização da remuneração tarifária em vigor, a ser objecto de aprovação pelas entidades competentes. Os eventuais impactos destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2011, são incertos à presente data. Desta forma, a continuidade das operações da Empresa depende do sucesso futuro das suas operações, bem como da manutenção de suporte financeiro e/ou garantias por parte do seu accionista.



9. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 10 de Junho de 2011, inclui: (i) uma reserva por limitação de âmbito similar aos assuntos descritos no parágrafo 4 acima, e que abrangia, igualmente a limitação de informações, naquela data, sobre o assunto mencionado no parágrafo 6 acima; (ii) uma reserva por desacordo similar ao assunto descrito no parágrafo 5 acima; (iii) uma reserva por limitação de âmbito relacionada com os procedimentos fiscais da Empresa com pagamentos efectuados a não residentes, a qual não é aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011; (iv) uma reserva por limitação de âmbito relacionada com eventuais responsabilidades da Empresa com pagamento de retenções na fonte em sede de IUR com os complementos de reforma antecipadas, a qual foi resolvida no decurso do exercício de 2011, encontrando-se os efeitos respectivos descritos na Nota 31; e (v) uma ênfase similar ao assunto descrito no parágrafo 8 acima.

Lisboa, 18 de Maio de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes

